

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO DO
UNIPONTAL**

Fernando Orosco Lacalle

Presidente Prudente/SP
2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO DO
UNIPONTAL**

Fernando Orosco Lacalle

Monografia apresentada como requisito parcial de conclusão de curso para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. José Nivaldo Luchetti.

Presidente Prudente/SP
2002

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DE CASO DO UNIPONTAL

Trabalho de conclusão de curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. José Nivaldo Luchetti

Prof^o. Valter K. Dalari

Presidente Prudente, 02 de dezembro de 2002.

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares e amigos, pelo apoio e compreensão no decorrer de todos esses anos, e que, direta ou indiretamente me auxiliaram nos momentos mais críticos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ter me dado a oportunidade de realizar um sonho que há muito tempo eu perseguia.

Aos meus pais, familiares e amigos, que sempre me ajudaram e estiveram ao meu lado nesses cinco anos de faculdade.

À faculdade, aos professores e todos os seus funcionários, pela presteza, paciência e dedicação.

Aos diretores e funcionários do RH da Caiuá Serviços de Eletricidade S/A, pelo apoio recebido, principalmente o financeiro por parte da empresa.

Ao meu orientador, o Prof. José Nivaldo Luchetti, por ter acreditado na minha proposta de trabalho, e por seu profissionalismo, que me auxiliou nos momentos mais difíceis.

Aos novos amigos que eu consegui cativar ao longo desses anos, pela ajuda e paciência que tiveram comigo.

Ao Pinheiro, ao Paulo e à Cida da UNIPONTAL, e as demais entidades, pela atenção, presteza e por terem aberto as portas para que eu pudesse realizar o meu trabalho.

RESUMO

No presente trabalho se analisa a questão dos consórcios intermunicipais como estratégia de desenvolvimento regional. O tema escolhido, está inserido no campo do desenvolvimento econômico, e utiliza-se de levantamento histórico, e do método dedutivo, com documentações diretas e indiretas para as suas análises.

Na pesquisa, se buscou descrever as transformações pela qual passaram o Estado e os Municípios, e que levaram os administradores municipais a optarem por essa forma de gestão.

Foi dado especial destaque ao que são os consórcios, sua implantação, seus entraves e sua constituição jurídica, chegando-se à conclusão de que essa forma de cooperação pode servir como estratégia de desenvolvimento regional.

Diante do exposto, foi analisado a título de estudo de caso, o UNIPONTAL, que apesar de não se apresentar como grande fomentador econômico da região do Pontal do Paranapanema, seguiu à risca as finalidades de seu estatuto, chegando-se também à conclusão de que será necessário uma mudança no seu estatuto, bem como, de atitude dos políticos e gestores locais, para que o mesmo possa ser utilizado como estratégia para o desenvolvimento econômico regional.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento econômico; Consórcios; Cooperação; Gestão e Estratégia.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the question of the intermunicipal combines as like regional development strategy. The chosen subject is inserted in the economical development field, and it uses of historical rising and dedutive method, with direct and rising indirect documentation to its own analyzes.

The research tried to show the turns of the states and townsfrrips phases, and how it took the municipal managers to choose this goverment form.

It was given special detach about what are the intermunicipal combines , the establishment difficulties and legal constitution, coming the conclusion that co-operation form can to serve as regional development strategy.

In front of it was showed, it was analyzed the purpose of case, the UNIPONTAL, although it doesn't submit like the big economical foment of Pontal do Paranapanema region, it was obedient with the purpose of its statute, coming the conclusion that it will be necessary a change in the statute, and also the actions of the local politicas and managers, to be used as strategy to a regional economical development.

KEYWORDS: Economical development; Combines; Co-operation; Goverment form and strategy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 1889 Á 2000.....	14
2.1	Da proclamação da República até a era Vargas – Estado Liberal.....	14
2.2	Início do governo Vargas - Estado interventor	15
2.3	Estado interventor e centralizador nas mãos dos militares.....	18
2.4	Abertura política e descentralização do Estado.....	20
3	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL.....	28
3.1	Conceito.....	28
3.2	Base legal para a Formação dos consórcios.....	29
3.3	Consórcios: criação e funcionamento.....	33
3.4	Tipos de consórcios.....	35
3.5	Exemplo de consórcio de saúde.....	36
3.6	Exemplo de consórcio para o desenvolvimento regional.....	39
4	UNIPONTAL – UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.....	43
4.1	Histórico conciso da região do Pontal.....	43
4.2	Contextualização espacial e características do Pontal.....	45
4.3	UNIPONTAL : formação, atuação e situação atual.....	47
5	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
	ANEXOS.....	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA 1 – Evolução dos CIS em Minas Gerais.....	38
TABELA 2 – Situação dos Consórcios Intermunicipais no ano de 1997.....	38
TABELA 3 – Invasões de terras no Pontal do Paranapanema (1990 – 2000)..	55

QUADRO

QUADRO 1 – Municípios que compõem a AMNAP e UNIPONTAL.....	56
--	----

MAPAS

MAPA 1 – Municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente ..	57
MAPA 2 – Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente.....	58
MAPA 3 – Municípios da Mesoregião geográfica de Presidente Prudente.....	59
MAPA 4 – Municípios pertencentes ao CODESPAR.....	60
MAPA 5 – Espacialização dos Municípios segundo Leite (1981).....	61
MAPA 6 – Municípios da AMNAP e do UNIPONTAL.....	62

FOTOS

FOTO 1 – Placa de publicidade do programa Melhor Caminho, colocada nas rodovias da região.....	63
FOTO 2 – Presidente do UNIPONTAL (Gestão 2002) Sr. José Roberto Pinheiro Nunes, no gabinete da Prefeitura de João Ramalho/SP.....	64
FOTO 3 – Interior da sede do UNIPONTAL.....	65

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AMNAP – Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal

CESP – Companhia Elétrica de São Paulo

CIERGA – Consórcio Intermunicipal da Região do Governo de Assis

CIS – Consórcios Intermunicipais de Saúde

CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

CODESPAR – Conselho para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ERPLAN – Escritório Regional de Planejamento

ERSA – Escritório Regional de Saúde

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FPM – Fundo de Participação Municipal

FUNDESPAR – Fundo de Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

IPVA – Imposto de Veículos Automotores

ISS – Imposto Sobre Serviço

PAI – Programa de Ação Imediata

PED – Programa de Execução Descentralizada

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PROCARVÃO – Programa Nacional do Carvão

PT – Partido dos Trabalhadores

SNI – Sistema Nacional de Informação

SUS – Sistema Único de Saúde

UMAS – União dos Municípios da Alta Sorocabana

UME – União dos Municípios Energéticos

UNESP – Universidade Estadual Paulista

URV – Unidade Real de Valor

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS

ANEXO A – Resumo da entrevista com o sr. Renato de Jesus.....	71
ANEXO B – Resumo da entrevista com o sr. Mário Antonio Sossoloti.....	72
ANEXO C – Estatuto do UNIPONTAL (fevereiro de 1997).....	73
ANEXO D – Cartão do CNPJ	76
ANEXO E – Logotipo do UNIPONTAL.....	77
ANEXO F – Resumo da entrevista com o sr. José Roberto Pinheiro Nunes.....	78

1 – INTRODUÇÃO

No capítulo inicial deste trabalho se descreve a história da evolução do Estado brasileiro, que passa de liberal clássico para interventor, findando na sua descentralização e posterior abertura da economia. O Estado liberal fica bem caracterizado no período que vai da proclamação da República em 1889, até a década de 30, com o início do Federalismo e a ascensão das classes dominantes locais, as oligarquias cafeeiras.

A era Vargas iniciada após a revolução de 30, é caracterizada pelo início da intervenção estatal e pela ditadura, e vai até meados da década de 40. Após a revolução de 1964, o país é governado pelos militares, com forte intervenção estatal e centralização da economia. No início dos anos 70, esse modelo, começa a dar sinais de esgotamento e o conceito de descentralização se fortalece. Pode-se dizer que esse movimento de descentralização no Brasil, influenciado por esse processo internacional, inicia-se no final da década de 70, com o movimento municipalista, e é fortalecido com a eleição de diversos governadores em 1982, que tinham como lema a descentralização.

A partir da Constituição de 1988, o reconhecimento dos municípios como entes de governo autônomos e o seu novo papel na estrutura de competências da Federação, não expressam apenas uma mudança de terminologia, mas uma

mudança concreta de organizador e prestador de serviços de interesse local, o que exige um novo perfil para a organização municipal.

Nesse período, por conta também de um novo padrão de urbanização, os governos locais se depararam com a necessidade de organizar serviços sociais para dar conta tanto das novas exigências colocadas pelo desenvolvimento econômico, quanto do crescente nível de desigualdade e pobreza que surge nas novas periferias dos espaços urbanos.

Diante dessa nova realidade, os municípios adquiriram autonomia na prestação de muitos serviços necessários às empresas e aos cidadãos. Em contrapartida, as transferências de recursos nem sempre foram proporcionais, e muitas vezes fogem da capacidade de ação dos municípios. A cooperação entre os municípios surge então, como uma ferramenta de auxílio contra essa falta de recursos e a desigualdade econômica que existe entre eles.

Desse ponto em diante, no próximo capítulo, se passa a tratar dessa forma de cooperação que teve seus primeiros registros datados de 1969, e que a partir de 1993 começam a se proliferar por todo o território nacional. Trata-se de uma modalidade firmada entre entidades de mesma natureza, os Municípios, que através da união, conseguem um maior ganho de escala, eficiência e qualidade nos serviços prestados as suas populações.

De posse das análises sobre consórcios, o último capítulo traz a público um estudo de caso sobre o “UNIPONTAL” - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

Através de uma retomada histórica e de forma concisa, foram descritas as características da região do Pontal do Paranapanema, seu clima, tipos de solo, início do povoamento, espacialização, enfim, a história que envolve os trinta e dois Municípios que compõem o UNIPONTAL.

Depois do breve relato histórico, entra-se para a parte final do trabalho, que consiste na análise da entidade, que teve sua fundação datada de fevereiro de 1977, e atualmente está sendo presidida pelo prefeito da cidade de João Ramalho, o sr. José Roberto Pinheiro Nunes.

Foram verificadas através de atas, documentos oficiais e até mesmo entrevistas, as finalidades da entidade, e como se comportou desde a sua fundação até os dias de hoje. Foram relacionados as solicitações mais importantes da entidade junto ao governo Estadual, bem como as suas conquistas e se isso realmente resultou em desenvolvimento econômico para a região.

2 – HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 1889 Á 2000

2.1 – Da proclamação da República até a era Vargas – Estado Liberal

Desde a criação da República brasileira em 1889, até os dias de hoje, a evolução do Estado pode ser dividida em três períodos distintos: no primeiro período que vai de 1889 até 1930, caracterizou-se como liberal clássico, com pouca intervenção do Estado na economia; no segundo período iniciado após a revolução de 30 até os anos 70, o Estado torna-se interventor e centralizador da economia brasileira; e por fim, no terceiro período, iniciado em meados da década de 70, temos a modernização do Estado ocorrida através do início da sua descentralização na década de 80 e abertura da economia dos anos 90 (NÓBREGA, 2000, p. 73).

O aparecimento da República e do Federalismo no Brasil satisfaz os desejos das classes dominantes no país que, até então, não haviam tido qualquer possibilidade de ascensão ao poder quando do Império, e que agora, através de diversas oligarquias locais - cafeeira paulista - vieram assumir o controle da máquina administrativa e ao mesmo tempo criar mecanismos para a sua

eternização no poder, deixando transparecer essa forma de domínio, bem caracterizada como a “alma do coronelismo”(FAUSTO, 2001, p.148-150).

Para Amed (2000, p. 257-259) o federalismo deu maior autonomia aos Estados, no sentido em que os mesmos poderiam contrair empréstimos no exterior ou ainda criar impostos interestaduais, por outro lado, a aparência do Brasil se modificava, pois o crescimento das exportações de café, a liberalização do capital e a entrada de investimentos estrangeiros trouxeram grandes mudanças urbanas, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, com a maciça imigração de pessoas principalmente para trabalhar nas indústrias dos Municípios e o enriquecimento dos grupos oligárquicos que tinham seus interesses satisfeitos pelo governo. A República Velha como era conhecida, estava baseada nas doutrinas do liberalismo, ou seja, com a mínima intervenção do Estado na economia e com uma população esmagadoramente rural e analfabeta, o espírito do regime político dessa época, resume-se em democracia com liberalismo excludente.

Segundo Fausto (2001, p. 155) “ A imigração em massa foi um dos traços mais importantes das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX”.

Em 1926 a substituição de Arthur Bernardes pelo paulista Washington Luiz foi a última vez que funcionou a aliança “café-com-leite”, caracterizada pelo rodízio entre mineiros e paulistas na presidência da República. A cisão desse bloco oligárquico veio com a escolha de mais um paulista, Júlio Prestes, quebrando esse rodízio e levando o então governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, a articular com o Rio Grande de Sul, propondo a candidatura de Getúlio Vargas e dando a vice-presidência a João Pessoa, formando a aliança liberal (FAUSTO, 2001, p. 154-155).

2.2 – Início do governo Vargas - Estado Interventor

Em 03 de outubro de 1930 estoura, uma revolução vitoriosa que durou até o dia 24 de outubro do mesmo ano. Para o autor Fausto (2001, p.185-189) essa revolução culminou com a posse de Getúlio Vargas ao poder em 03 de novembro

de 1930, no lugar do então eleito Júlio Prestes. A era Vargas ficou conhecida pelo aumento gradual da intervenção do Estado na economia, na organização da sociedade e também pelo crescente autoritarismo e centralização do poder, e divide-se basicamente em três fases distintas: O governo provisório, o governo constitucional e o Estado Novo.

Em 1934 surge uma nova Constituinte, que segundo Amed (2000, p. 262) dividia-se em aspirações do liberalismo com tendências democráticas e as novas formas nacionalistas com tendências corporativistas, estabelecendo dentre outras, o salário mínimo, a proibição da diferença salarial para os mesmos tipos de trabalho, a jornada de 8 horas de trabalho, a proibição do trabalho a menores de 14 anos, a instituição de uma comissão para a liquidação das dívidas interna e externa, e foi a primeira constituição a dar aos Municípios um lugar na partilha tributária, onde os mesmos obtiveram através da Carta Magna, impostos privativos definidos como: impostos de licença, predial e territorial urbano, diversões públicas, cedular sobre a renda de imóveis rurais, e as taxas sobre serviços municipais, dentre outras.

O poder na era Vargas é centralizado no Executivo, crescendo a ação intervencionista do Estado, e em 1937 outorga-se uma nova Constituição, a terceira do período republicano. O autor Amed (2000, p. 264) expõem também, que a tributação nessa nova Constituinte tinha sua competência distribuída a três esferas, com o suprimento de determinados impostos e a unificação de outros, e por conta disso, os Municípios ainda permaneciam com receitas insuficientes para o normal atendimento de suas atribuições.

O Brasil em 1946 ganha uma nova constituição restabelecendo o regime liberal e a democracia representativa, só que agora com um cunho de extrema artificialidade, sendo a única constituição, segundo Amed (2000, p. 271-272) completamente isenta de interferências do Poder Executivo em sua elaboração. Esse período de crescente aumento, não só do país mas das populações urbanas e das unidades municipais, cresce também a necessidade por serviços públicos e recursos, que por sua vez não tinham nenhum critério de distribuição por parte da União e dos Estados. A posição de importância obtida pelo Município nessa constituinte não pode ser gozada, uma vez que a força da centralização federal era vista como indispensável para o desenvolvimento nacional.

Em 31 de janeiro de 1951, toma posse novamente Getúlio Vargas, que tentou inicialmente uma difícil conciliação entre o seu populismo, comprometido com reformas sociais e nacionalistas, e os interesses dos setores conservadores. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento do país baseado na industrialização, ficando o Estado como regulador da economia e principal investidor em áreas estratégicas como siderurgia, petróleo, transportes e comunicação. Por outro lado, seus adversários defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, com uma abertura controlada para o capital estrangeiro, e sustentavam uma postura de rígido controle de emissão de moeda e gastos do governo para controlar a inflação. (FAUSTO, 2001, p. 224-229).

Nessa época conturbada do governo Vargas, disputada por forças que defendiam o liberalismo e outras o intervencionismo, foram identificadas por Bielschowsky (1996, p. 60) várias correntes do pensamento econômico no Brasil, dentre elas se destacaram: O Neoliberal, que teve seus principais economistas como Eugênio Gudim, Octávio G. de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel de Carvalho; Desenvolvimentista, que se divide em três setores, O Setor Público (nacionalistas) dos economistas Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo B. Oliveira e Evaldo C. Lima, O Setor Privado, dos economistas J.P. de A. Magalhães e Nuno F. de Figueiredo e O Setor Público (não nacionalista) dos economistas, Roberto Campos, Ary Torres, Lucas Lopes e Glycon de Paiva; O Socialista com seus principais economistas, Caio Prado Junior, Nelson W. Sodré, A. Passos Guimarães e Aristóteles Moura, e, por fim o Pensamento Independente de Ignácio Rangel, que teve como principal economista o próprio Ignácio Rangel.

Lopez (1987, p. 109) analisa que o fracasso da conciliação almejado por Vargas o induzira a agir como em 1945, instituindo uma radicalização das reformas, denominando-se esse processo de populismo de esquerda.

A falta de controle sobre os trabalhadores e força sindical, levaram a uma série de greves ocorridas em 1953, devidas principalmente ao alto custo de vida, cerca de 300 mil trabalhadores aderiram a greve nesse período. Mesmo assim o governo Vargas teve medidas destinadas ao desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização, investimentos públicos nas áreas de transporte e energia, abertura de crédito externo, a fundação do BNDE e da Petrobrás, dentre outras (FAUSTO, 2001, p. 224-229).

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, foi conseqüência dramática e extrema da violenta oposição sofrida pelo governo ante o modelo de desenvolvimento pretendido. Na seqüência, assumiu Café Filho que mais tarde, em 1956, dava lugar ao então eleito Juscelino Kubitschek (LOPEZ, 1987, p.108-110).

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República em 1956, e segundo Fausto (2001, p. 233-240) embora fosse considerado “cria” do Estado Novo, não comungava com os mesmos ideais totalitários de Getúlio Vargas. Com habilidade política, forte aliança entre o PSD e o PTB, centralização e eficiência administrativa e apoio absoluto das forças armadas, pode por em prática seu plano de governo, denominado Plano de Metas com investimentos nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, a intenção era a substituição de importações com o *slogan* do crescimento de “50 anos em 5”, tendo sempre o Estado como coordenador dessa tarefa. Os principais resultados dessa política desenvolvimentista foram: a construção de Brasília, a implantação da indústria automobilística, construção naval, construção de estradas, usinas hidrelétricas e siderúrgicas, enfim, a intenção era tirar o país do subdesenvolvimento, passando de agro-exportador para um país industrializado e moderno. Em contrapartida, os recursos em sua maior parte provinham do exterior, o que nos alinhou novamente com os Estados Unidos e fez crescer a dívida externa.

Os Municípios instalados em 1957 eram na ordem de 2.468, e em 1961 no final de seu mandato, já alcançavam 2.910, um aumento numérico de 442 Municípios, conforme dados do IBGE (2000).

De 1960 a 1964 o Brasil foi presidido por Jânio Quadros (1960-1961) e depois por João Goulart, e que devido à inflação e a instabilidade do país, sofre um golpe militar, instaurando-se desse período em diante o regime militar (FAUSTO, 2001, p. 241-243).

2.3 - Estado interventor e centralizador nas mãos dos militares.

Em 15 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco - eleito pelo congresso - assume o governo, o autor Fausto (2001, p. 257) relata que com isso, os militares assumem definitivamente os poderes respaldados no monopólio das forças armadas e na sua coesão, como grupo decisório. Os três Atos Institucionais decretados pelo governo Castello Branco, entre 1964 e 1967, ampliaram consideravelmente o sistema centralizador e repressivo instalado em 1964 e foram dando contornos definitivos aos objetivos dos líderes do movimento militar que tomara o poder.

Durante o mandato de Castello Branco, foi extinta a UNE e foram criados o SNI, a ARENA, acordos com os Estados Unidos para restaurar a educação pública, a reforma tributária de 1965, e a 5ª Constituição do país, a 4ª da República em 1967, figurando como os principais acontecimentos dessa época (FAUSTO, 2001, p. 258).

Para Amed (2000, p. 282) a reforma tributária de 1965 visava três objetivos fundamentais: o financeiro - arrecadar mais recursos para o governo; o social – com a redução das desigualdades individuais de renda e riqueza; e o econômico – com o estímulo à formação de poupanças e a melhoria da orientação dos investimentos. Amed (2000, p. 286) relata que os Municípios, por sua vez, ficaram com os impostos sobre serviços de qualquer natureza, taxas, contribuições de melhoria e parte dos impostos sobre propriedade territorial e rural - Emenda Constitucional nº 10. Na verdade, pouca coisa mudou dos sistemas tributários anteriores, e antes mesmo de entrar em vigor, a União promulgou a Lei 5.172 instituindo normas gerais aplicáveis a União, Estados e Municípios, apresentando dentre outras, normas sobre a distribuição de receitas tributárias, trazendo com isso, incentivos à coordenação de atividades entre União, Estados e Municípios.

A constituição de 1967, e a sua reforma que viria no ano de 1969 conservaram as conquistas municipais que se prolongavam desde a Constituição de 1934 - autonomia política, administrativa, financeira e a manutenção dos impostos partilhados. o entanto, a centralização de poderes na União, empalideceu tais conquistas. Por outro lado, a Constituição de 1967, já previa a falta de recursos dos Municípios para a prestação de serviços públicos e incentivava a criação de convênios para a realização dos mesmos, com a aprovação das respectivas câmaras Municipais (AMED, 2000, p. 286).

Durante o período que vai de 15 de março de 1967 a 29 de outubro de 1969, o Brasil passa pelo governo do Mal. Arthur da Costa e Silva e no final do seu mandato, pela junta militar. A continuação do regime militar viria com a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, que ficou no poder no período de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974. Seu governo ficou conhecido como “os anos negros da ditadura”; o movimento estudantil, e sindical estão contidos e silenciados pela repressão policial; ocorre a realização de obras e projetos ambiciosos e por fim, nasce o terrorismo no Brasil (FAUSTO, 2001, p. 266-268).

Fausto (2001, p. 268-270) analisa que o período acima também se caracterizou pelo que ficou conhecido como “milagre econômico”, crescendo o PIB a uma taxa média anual de 11, 2% entre 1969/1973. Para este resultado influenciou a excepcional disponibilidade de Eurodólares, que o modelo econômico aplicado pelo ministro Antonio Delfim Neto canalizou maciçamente para o Brasil. A inflação, contida até 1972, retomou forte ritmo ascensional em 1973 e o crescimento extraordinário do PIB fez surgir uma nova classe média com alto poder aquisitivo, derivado de forte concentração de renda. O crescimento extraordinário do país era devido ao I PND, que nos trouxe um processo galopante de endividamento, e também, a viabilidade na construção de obras faraônicas de necessidade duvidosa como: a ponte Rio-Niterói, a estrada Transamazônica, a Usina de Itaipu, etc.

O próximo presidente a assumir o poder, o General Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, assumiu também enormes dificuldades econômicas e políticas que anunciavam o fim do “Milagre Econômico”. Contudo, Ernesto Geisel surpreende o país e em vez de adotar políticas recessivas, resolve investir no crescimento econômico do país, lançando o II PND, o qual, visava criar bases para a indústria nacional. Para enfrentar a crise do petróleo, foram implantados o PROÁLCOOL, o PROCARVÃO, e na área da energia elétrica, além da construção da usina de Tucuruí, foi aprovado o Programa Nuclear Brasileiro. Juntando-se a esses fatos, ocorreram também no governo Geisel, o término da repressão policial que culminou com a morte do jornalista Vladimir Herzog, a permissão para a formação de partidos políticos, a eliminação parcial da censura à imprensa, a suspensão dos AI's, principalmente o AI-5, a anistia a presos políticos, o decreto

da Lei Falcão que proíbe o debate político nos meios de comunicação e o pacote de abril, que consistia no fechamento do congresso para a edição de um conjunto de medidas eleitorais (FAUSTO, 2001, p. 273-277).

2.4 – Abertura política e a descentralização do Estado

O governo do General Ernesto Geisel ficou caracterizado pelo início da abertura política e pelo aumento do descontentamento da população brasileira com o regime militar (LOPEZ, 1987, p. 120).

Assumindo a Presidência da República em 15 de março de 1979, o General João Batista de Oliveira Figueiredo, encontra pela frente um país em crise, com inflação de 77,2% registrada no ano de 1979, subindo para 110,2% em 1980. Efeito nefasto de administrações anteriores direcionam o Brasil a mergulhar em uma recessão sem precedentes, com sua principal conseqüência, o desemprego, e a queda do PIB em 3 pontos percentuais no ano de 1981 (REGO, 2000, p. 131-135).

Com a difícil missão de conduzir o país na transição do regime militar para a democracia, o General Figueiredo enfrenta o descontentamento da classe trabalhadora e segundo Fausto (2001, p. 281-282) toma força através dos sindicatos, do PT e da CUT. Outros fatos importantes puderam ser vistos também no governo do General Figueiredo, e foram: Aprovação da lei de anistia e conseqüentes retornos dos exilados, grandes manifestações pelas Diretas, com o seu maior defensor sendo Ulysses Guimarães e a emenda de Dante de Oliveira com o mesmo fim.

Nesse momento, segundo Nóbrega (2000, p. 75) já eram evidentes os sinais de desgaste da política de centralização do Estado, que trazia em seu bojo, o protecionismo para a indústria brasileira – nacional desenvolvimentismo – e que agora estava com seus dias contados, deixando como resíduo, uma crescente ineficiência por parte das empresas privadas, uma dívida externa e uma inflação desenfreada. O Estado, considerado como promotor do desenvolvimento econômico do país, agora passa a ser o seu principal obstáculo, era preciso mudar, e a partir da década de 80, pode-se afirmar que começa o terceiro período

da evolução do Estado, a sua modernização ocorrida através da descentralização. Esse início de descentralização do Estado, bem descrito nas palavras de Nóbrega (2000, p. 77), onde ele diz:

...O marco inicial dessa transformação foi à extinção da conta de movimento do Banco do Brasil, pela qual aquela instituição bancária era suprida de recursos fiscais para cumprir suas amplas funções governamentais. A medida representou o começo da separação de funções entre o BB, o Banco Central e o Tesouro Nacional. Ainda em 1986, foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional, para gerir a execução orçamentária, tarefa que antes cabia a um departamento do BB. Em 1987, o Banco Central perdeu suas funções de fomento, a gestão da dívida pública se transferiu do Banco Central para o Ministério da Fazenda, o Orçamento Monetário foi extinto, o campo fiscal passou a ser dominado por um orçamento unificado e aprovado pelo Congresso Nacional. Todas as despesas públicas passaram a depender de aprovação legislativa...

A descentralização, segundo Montoro (1999, p. 298) “é colocar o governo mais perto do povo e, por isso, torná-lo mais participativo, mais eficiente e mais democrático”. Nenhum país do mundo, com a extensão do Brasil, pode ser governado de modo centralizado. Em meados da década de 80, “90% dos recursos destinados à área social foram absorvidos pelo aparato institucional gigante, pelo alto grau de centralização e por medidas de seriedade discutível, além de fraudes, superfaturamentos e outras modalidades de corrupção” (MONTORO, 1999, P. 297).

Na década de 80, segundo Rego (2000, p. 153) a economia brasileira atravessou sua pior crise por conta das altas taxas de inflação e a estagnação da economia. O governo de José Sarney tinha como ministro da fazenda Dílson Funaro, que lança o primeiro plano econômico, o “Plano Cruzado”, e segundo Rego (2000, p. 170-173) corta três zeros do cruzeiro, substitui a moeda pelo cruzado, congela preços e salários, extingue a correção monetária e cria o Índice de Preços ao Consumidor para corrigir a poupança e demais aplicações financeiras. No início, o plano surtiu alguns efeitos positivos, surgindo inclusive os “fiscais do Sarney”, mas quatro meses após, o plano dá sinais de fracasso, faltam mercadorias, surge o ágio e a inflação volta a subir. O Plano Cruzado é mantido até as eleições para governador de 1986, e logo após é lançado o segundo plano econômico, o “Plano Cruzado II”, libera-se os preços dos produtos, serviços e

aluguéis que são negociados entre inquilinos e proprietários e, por fim, altera-se o cálculo da inflação, que passa a ser com base nos gastos familiares com renda de até 5 salários mínimos. Na seqüência, ocorrem aumentos abusivos nos preços das mercadorias, e o “fantasma” da inflação retorna com mais força.

Com a posse o novo ministro da fazenda, Bresser Pereira, é decretado novo congelamento de preços e salários, e para deter o déficit público são tomadas algumas medidas. São eliminados os subsídios para o trigo, e adiadas grandes obras públicas. As medidas não surtem o efeito esperado, e em 06 de janeiro de 1988, assumi o ministério Maílson da Nóbrega, propondo uma política do “Feijão com Arroz”, só que a inflação chega no final de 1989 em 1.764,86%. Maílson da Nóbrega por fim, apresenta um novo plano o “Cruzado Novo”, impõe outro congelamento de preços, propõe a privatização de empresas estatais e a exoneração de funcionários públicos contratados nos últimos cinco anos, como medida para diminuir os gastos públicos. Os cortes não são feitos, a inflação dispara e o plano fracassa (REGO, 2000, p. 173-176).

Na seqüência da modernização do Estado brasileiro, em 1988 surge uma nova Constituição que é promulgada no dia 05 de outubro do mesmo ano. Nas Constituições anteriores, o Município não era expressamente mencionado como ente federativo e, a partir desta nova Constituição, tanto os Municípios, como a União, os Estados e o Distrito Federal são compreendidos como entes da federação, e segundo Amed (2000, p. 295) a questão tributária ficou concentrada nas discussões dessa nova Constituição, em função de que o Código Tributário Nacional de 1965 havia trazido um aperfeiçoamento fiscal para o país, mas era necessário adequá-lo a nova realidade brasileira. A questão do tributo municipal ficou determinada o seguinte: O IPTU, o imposto sobre transmissão “inter vivos”, o imposto sobre a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, o ISS e as taxas e contribuições de melhoria. As receitas dos Municípios também contavam com a participação de 25% do ICMS e 50% do IPVA, ambos arrecadados pelo Estado, e participação também nas receitas da União.

Da maneira como foi elaborada a Constituição de 1988, trouxe inúmeras críticas, inclusive por parte do governo, ficando evidente nas palavras de Serra (1999) apud Amed (2000, p. 296):

Na Constituinte, procuramos dar mais autonomia aos Estados e Municípios com a descentralização tributária, mas sem nenhuma racionalidade; na verdade, foi fruto de pressões políticas. Demos mais flexibilidade para o estabelecimento de alíquotas mais altas do ICMS e a situação dos Estados e Municípios melhorou, porém, com essa nova repartição, criamos um grande problema para a União, que procura ampliar sua receita com contribuições, onerando o setor produtivo, aumentando a carga fiscal indireta e reduzindo a competitividade da produção nacional perante o mercado internacional.

Com o novo pacto federativo ocorrido nessa Constituinte, tanto Estados como Municípios elevaram suas participações no bolo tributário em detrimento da parcela que cabe a União, em contrapartida, as atribuições a eles vinculadas foram em proporções menores. Esse processo desencadeou um maior desequilíbrio federativo e um incentivo a criação de novos Municípios, principalmente devido ao critério de rateio do FPM (REZENDE, 1999, P. 88-90).

A Constituição de 1988 procurou reestruturar o aparelho estatal, deixando-o mais ágil e eficaz, democratizando a gestão através do controle social dividindo-a entre as diferentes instâncias de poder. É o marco inicial da descentralização na área da saúde com a criação do SUS (WESTPHAL, 1999, p. 112).

Encerrado o processo de elaboração e promulgação da Constituinte, o então presidente da República, José Sarney, se vê em meio a uma grave crise econômica; a uma guerra fiscal entre Estados, os quais para atraírem investimentos industriais, abriam mão de vultuosas quantias de dinheiro em isenções fiscais e a uma hiperinflação (AMED, 2000, P. 297)

Em 15 de março de 1990 assume o presidente eleito Fernando Collor de Mello, que promove profundas mudanças no cenário nacional, a começar pelo Plano Collor que era baseado no “confisco monetário”, congelamento temporário de preços e salários, reformulação dos índices de correção monetária, enxugamento da máquina estatal com a demissão de funcionários públicos, extinção de autarquias, fundações e empresas públicas e a abertura comercial, que por sua vez facilitava a entrada de capital e mercadorias estrangeiras, aumentando a concorrência dos bens produzidos pela indústria nacional. No dia 26 de maio de 1992, Instaura-se uma CPI e depois de apurações e confirmações das acusações sobre o presidente Collor, o Congresso Nacional pressionado pela população e por amplos setores da sociedade, decide votar pelo *impeachment*,

afastando o presidente Collor do cargo. Em seu lugar, assume o mineiro Itamar Franco (REGO, 2000, P. 187-188).

A economia do país enfrentava dificuldades e, nesse momento, é nomeado ao cargo de ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que apoiado por sua equipe econômica constituída por economista como, Gustavo Franco, Winston Fritsch, André Lara Resende, Edmar Bacha e Pécio Arida, anunciam no final de 1993, o Plano Real. O plano foi concebido e implantado em três etapas. A primeira no sentido de estabelecer o equilíbrio das contas do governo, foi implantado o PAI, que contava com as principais medidas: corte orçamentário de US\$ 6 bilhões; uma proposta orçamentária para 1994 baseada na receita real ao invés do desejo de gastar do governo; encaminhamento de projeto de Lei que limitasse as despesas com servidores civis em 60% da receita corrente da União e a elaboração de projeto de lei que definisse claramente as normas de cooperação entre União, Estados e Municípios. Esta lei também estabelecia a obrigatoriedade de Estados e Municípios de se manterem em dia com seus débitos com a União, a fim de receberem as verbas federais (REGO, 2000, p. 205-209).

Na segunda etapa, foi implementada em 27 de maio de 1994 a URV, que tinha como função proporcionar aos agentes econômicos uma fase de transição para a entrada de uma nova moeda e conseqüente estabilidade dos preços. Na terceira e última fase, em 1º de julho de 1994, foi implantado uma nova moeda, o Real, que iria substituir o cruzeiro real e com certa paridade ao dólar (flutuante), dava estabilidade de preços e conseqüente controle inflacionário (REGO, 2000, p. 205-212).

Ao deixar o governo, Itamar Franco atinge os mais altos índices de popularidade da República, e apóia a candidatura do ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o qual se elege no primeiro turno para a Presidência da República, empossado em 1º de janeiro de 1995. Dando continuidade ao plano de estabilização econômica e descentralização do Estado, Fernando Henrique inicia o processo de descentralização da educação e dedica-se tanto na economia como na política ampliando sua base parlamentar no Congresso Nacional a fim de conseguir aprovação de suas propostas de emendas constitucionais essenciais à modernização do país, à estabilização econômica e à

retomada do crescimento econômico, e com isso consegue se reeleger (AMED, 2000, p. 299-300).

Na seqüência de seu governo, as transferências dos Estados para os Municípios mantêm-se praticamente constantes (longo do período 1987/1997), em torno de 25% de sua receita tributária. Levando-se também em conta os recursos que os Municípios obtêm do FPM, eles recebem ao redor de 80% dos recursos das transferências intergovernamentais, e para equilibrar as receitas e os gastos dos municípios, Fernando Henrique Cardoso sanciona no ano de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É o código de conduta para os administradores públicos que passarão a estabelecer normas e limites para administrar finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade. Para alcançar este objetivo, a Lei dispõe de meios, dentre os quais destaca-se a ação planejada e transparente na busca do equilíbrio das contas públicas, cujas metas de resultado entre receitas e despesas devem ser cumpridas, assim como os limites e condições para a renúncia de receita, despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar. Em síntese, a Lei de Responsabilidade Fiscal objetiva disciplinar a gestão dos recursos públicos atrelando maior responsabilidade aos seus gestores (CEPAM, 2001).

Verifica-se ao final desse capítulo, que apesar dos Municípios terem recebido uma maior parcela na partilha tributária a partir da Constituição de 1988, os conflitos federativos, os sucessivos planos econômicos e a eterna desconfiança da elite tecnocrata em relação das bases (Estados x Municípios), têm mantido uma rígida transferência de recursos, com isso os Municípios se vêem frente a um novo desafio de administração municipal, a qual bem definida por Abrucio & Couto (1996) apud Lamparelli (1999, p. 229) onde:

...Os dois primeiros parâmetros da reforma do Estado no âmbito municipal – a questão fiscal federativa e a desigualdade econômica entre os Municípios – apontam para a exigência de serem estabelecidos mecanismos de cooperação entre as unidades de governo. O fato é que a atual escassez de recursos tem sido enfrentada não através da cooperação, mas sim pela busca competitiva e até mesmo predatória de recursos. A única forma pela qual torna-se possível alterar este quadro

é a institucionalização de mecanismos que incentivem a ação cooperativa...

Rezende (1999, p. 87) também analisa o problema por qual passa os Municípios brasileiros, e segundo ele:

O problema não está na descentralização em si, mas, sim, na forma pela qual ela foi promovida, que pode não ser a mais adequada para consolidar um novo modelo de federalismo fiscal capaz de assegurar a necessária harmonia entre a disponibilidade de recursos e a natureza das demandas que precisam ser satisfeitas. O cerne da questão está na dificuldade em conciliar a descentralização fiscal com as desigualdades regionais. Num contexto como o brasileiro, de acentuadas desigualdades na repartição espacial da renda e da riqueza, o equilíbrio entre competências impositivas próprias e transferências compensatórias é muito difícil de ser alcançado.

O processo de descentralização de competências favorece Estados e Municípios que tem uma base econômica mais forte, em contrapartida reduz as transferências da União para as unidades economicamente mais fracas. Quatro aspectos são importantes no processo de reforma do Estado brasileiro: o desequilíbrio entre a repartição de recursos e de atribuições; as desigualdades na repartição de recursos entre Estados e entre Municípios; o incentivo à criação de novos Municípios, e a dissociação das tendências de concentração de demandas e de recursos (REZENDE, 1999, P. 87-88).

Segundo os Anuários Estatísticos do IBGE (2000), o Brasil no ano de 1988 contava com 4.180 Municípios. Em 1999, esse número subiu para 5.507, um acréscimo de 1.327 Municípios.

Depois de analisadas as transformações ocorridas nos Estados e Municípios brasileiros, passa-se agora para o próximo capítulo, o qual trata de uma solução para a escassez de recursos que atinge os Municípios na execução de serviços as suas populações.

3 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

3.1 – Conceito

Para Torres (2001, p.17) consórcio significa associação, cooperação e vem do latim “consortiu”, enquanto intermunicipal, refere-se a tudo que envolve dois ou mais municípios. Logo, o consórcio intermunicipal é uma forma de união, ligação, cooperação que envolve municípios vizinhos para a resolução de problemas que os identificam entre si. Esse convênio permite que, através de estudos, de acompanhamentos e diagnósticos dos problemas, seja possível o autofinanciamento dos municípios por serviços públicos, onde cada consorciado colabora com uma parte, seja ela material, financeira, administrativa ou humana, e a união dessas forças resulta na realização de projetos, difíceis de serem realizados por um único Município.

O autor Leite (2001, p. 49) expõem que a formação desse pacto também possibilita que regiões sejam desenvolvidas com soluções menos onerosas evitando-se, assim, um maior desperdício de recursos humanos e materiais, cada vez mais escassos nos dias de hoje, e atingindo-se com isso, uma melhor eficiência, eficácia e qualidade, nos serviços prestados de interesse da

coletividade. Ampliar e diversificar os serviços prestados à população sem qualquer comprometimento à autonomia municipal, bem como um melhor planejamento coordenado de ações microrregionais, são fundamentais quando se pensa nessa forma de associativismo, sendo difícil para o município uma atuação singular nessa área.

Pode-se dizer, então, que os consórcios surgem da necessidade de prestação cada vez maior de serviços às populações, com recursos escassos e que fogem dos limites do Município. Devido a uma maior autonomia adquirida após a Constituição de 1988 e, mais recentemente a Emenda Constitucional 19, de 04 de junho de 1998, dando nova redação ao artigo 241 da Constituição, figura como uma das poucas opções para o fortalecimento dos Municípios e atuações das administrações locais, bem definido por Torres (2001, p. 17), que diz:

...alguns problemas transcendem, como não poderia de ser, a visão exclusivamente municipal e passam a interessar a coletividades vizinhas, de governos diferentes, impondo-se soluções regionalizadas, com ou sem a participação do governo do Estado, contribuindo satisfatoriamente para a formação de entidades dessa natureza, que passam a integrar um sistema múltiplo de opções e políticas intermunicipais.

Segundo Torres (2001, p. 17) a idéia não é nova, uma vez que já existe há algum tempo, em normas constitucionais e infraconstitucionais, valendo lembrar a Constituição Estadual de 1969 e a antiga Lei Orgânica dos Municípios, que já incentivavam a formação dos consórcios como soluções técnicas e financeiras para a realização de obras e serviços de interesse comum.

3.2 – Base legal para a formação dos consórcios

A formação do consórcio intermunicipal se dá, em primeiro lugar, pela necessidade em comum dos vários Municípios que constituem uma região e que se interessam pela união dos mesmos.

Conforme orientação do CEPAM (2001) elabora-se um projeto de lei igual para todos os participantes solicitando à Câmara Municipal aprovação para que o município participe do consórcio; os vereadores também devem autorizar a

destinação de percentual do FPM a ser aplicado e declarar o consórcio de utilidade pública; e, por fim, recomenda-se o reconhecimento jurídico do consórcio como entidade civil, que se dá com a celebração de um contrato/estatuto, que é formalizado pelas entidades de mesma natureza jurídica e de direito público – os Municípios – que desprovidos de atividade comercial, ou seja, sem fins lucrativos, utilizam-se dos moldes previstos na legislação civil brasileira, que vai do artigo 1.363 ao artigo 1.409 do Código Civil brasileiro. O contrato/estatuto deverá ter autorização do legislativo e deve ser aprovado em reunião com a participação de todos os prefeitos envolvidos.

Depois de definidos os atos constitutivos, o autor Torres (2001, p. 18) cita que o contrato deverá ser registrado no Registro Civil - Art. 114 e seguintes da Lei 6.015/73 - dando plena disposição para essa entidade atuar na trajetória jurídica, desvinculada juridicamente dos municípios que a criaram. O motivo pelo qual se utiliza o registro civil, segundo Carneiro (2001, p. 68) é que os consórcios, até a presente data não dispõem de uma regulamentação, e nem de uma legislação específica, a qual poderia estabelecer critérios específicos, e por exemplo, minimizar os problemas com respeito à sua formação.

Em decorrência dessa natureza, os consórcios intermunicipais são pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado. Quando de direito privado, estará sujeito às normas civis iguais a de qualquer associação civil, mas por ser criado por uma entidade pública, é aplicado também as mesmas normas dos municípios, em função de organizarem e, dirigirem seus procedimentos (MOREIRA, 2001, p. 21).

Os consórcios intermunicipais são entidades que não estão acima do poder dos Municípios, sendo administrados pelos mesmos e controlados pelo Estado, descrito por Torres (2001, p. 19) nos seus estudos para o Cepam, onde ele diz:

...obviamente, não seriam entidades supramunicipais, isto é, acima das entidades municipais que as integram, nem teriam autonomia política, mas sim organizações de auxílio e de cooperação com as unidades que as integram, formulando políticas e diretrizes intermunicipais, gerenciando planos e programas e realizando obras e serviços de interesse intermunicipal como, aliás, já vem ocorrendo em várias regiões.

Para a composição da diretoria, Andrade (2001, p. 32) afirma que pode ser feita pelos próprios prefeitos e secretários dos municípios, nomeados entre os participantes do consorcio, e os demais empregados, poderão ser contratados através de concurso público ou seleção - dependendo do seu regulamento - e seus contratos regidos pela CLT, ficando definido o regime jurídico dessa instituição, como de direito privado.

Contudo, nada impede que os municípios cedam seus servidores, mediante oficialização dos atos e desde que sem prejuízo de todos os seus direitos e vantagens já adquiridos.

Elege-se uma Diretoria Executiva, um Conselho Consultivo e outro Deliberativo e Fiscal, e depois da eleição da direção do consórcio, registra-se sua fundação em ata e a publicação no Diário Oficial (TORRES, 2001, p. 19).

Feitas às devidas considerações, existe também a possibilidade de uma formação jurídica denominada, empresas intermunicipais, onde os municípios fariam parte de empresas privadas com os mesmos fins dos consórcios intermunicipais. Todavia, existe também a formação de consórcios, onde os municípios apenas firmam um acordo com a participação de cada um, sem personalidade jurídica e, denominados de consórcios administrativos. Nesse caso, para a realização de suas várias atividades - quando necessitarem da personalidade jurídica - terão que utilizar a de um dos consorciados, podendo inclusive, tomar a natureza de autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista intermunicipais, a qual lhe atribuirá a personalidade jurídica (MOREIRA, 2001, p. 24).

Porém, com o desenvolvimento das atividades por parte do consórcio, irão recair sobre esse associado, todas as responsabilidades assumidas em nome da coletividade, causando-lhe certos incômodos. Por esse motivo, recomenda-se a criação da personalidade jurídica, uma vez que, tomada essa providência, o consórcio pode exercer e contrair em nome próprio direitos e obrigações, assumindo agora a denominação de consórcios intermunicipais (MOREIRA, 2001, p. 24). A recomendação é válida, uma vez, que em pesquisa de campo realizada por Barros (1995, p. 25) no Estado de São Paulo entre os anos de 1992 e 1993,

foram constatados 49 Consórcios Intermunicipais e, desse montante, a maioria esmagadora conta com personalidade jurídica própria e apenas 02 não tinham registro civil próprio.

Como descrito anteriormente, estará se abordando neste trabalho apenas as formações dos consórcios entre entidades de mesma natureza jurídica e de direito público, ou seja, uma entidade de direito público ou direito privado, constituída juridicamente – os consórcios intermunicipais -, criado por uma entidade de direito público, os Municípios. Moreira (2001, p. 25) ressalta que a entidade a qual se intitula como consórcios intermunicipais constitui uma sociedade civil e não comercial, portanto sem fins lucrativos e, cujo lucros eventuais não são repassados aos associados, mas, reaplicados integralmente nas atividades a que se propõem.

Os municípios por sua vez, podem participar de mais de um consórcio diferente, prova disso está na pesquisa realizada por Barros (1995, p. 30) entre os anos de 1988 e 1992, onde 21% dos Municípios consorciados do Estado de São Paulo, participavam de mais de um consórcio diferente, diminuindo em 9,5% o número dos que participam de apenas um. Os consórcios também poderão celebrar contratos com empresas privadas para a execução de seus vários serviços, procedimento muito comum entre os consórcios.

Conforme modelo cedido pelo CEPAM (2001) o contrato/estatuto além de constituir a sociedade civil, irá reger as normas a serem seguidas pelos consorciados, sendo que para cada tipo de consórcio, um estatuto diferente, onde deverá constar o seguinte: Capítulo I - Constituição, Denominação, Sede e Duração, neste artigo estarão as normas sobre a forma jurídica adotada, a quantidade de consorciados, o local (foro) e o tempo de duração; Capítulo II - Finalidades, onde serão descritas as finalidades, ou seja, em que área e como deverá atuar o consórcio; Capítulo III - Organização Administrativa, onde constará a norma estrutural básica do consórcio, desde seus diretores até secretários, sua formação, suas funções e poderes dentro da entidade; Capítulo IV - Patrimônio e Recursos Financeiros, compreende todas as normas pertinentes aos bens e direitos dos consorciados, bem como, seus recursos financeiros; Capítulo V - Bens e Serviços, são as normas que regulamentam a utilização dos bens e serviços dos consorciados; Capítulo VI - Retirada, Exclusão e Casos de

Dissolução, são normas que regulamentam a entrada e saída de consorciados em suas diversas formas; Capítulo VII - Disposições Gerais e Transitórias, são normas diversas que se fazem necessárias à formação do consórcio e que não constam nas demais aqui descritas, e transitórias, que dizem respeito à regulamentação do voto e do exercício social do consórcio.

A formação do estatuto acima descreve o básico que deverá constar no acordo, pois, com a grande diversidade dos consórcios, poderá ocorrer a necessidade da inclusão de mais normas (específicas).

A autora Moreira (2001, p. 26) adverte que os administradores municipais no ato da execução de alguma obra ou prestação de serviços à comunidade, utilizando-se dessa entidade para tal, estão sujeitos ao regime jurídico das licitações, regidos pela Lei 8.666, e consolidação determinada pelo Art. 3º da Lei 8.883/94 e publicada no Diário Oficial da União de 07/07/1994. Administrados pelos Municípios e controlados pelo Estado, os consórcios intermunicipais podem editar seus próprios regulamentos no que tange à Lei das Licitações, conforme o *caput* do artigo 119 da Lei 8.666/93, onde podem adotar modelos mais simplificados, ficando sujeito às disposições desta Lei citada acima.

Independentemente da constituição jurídica, Pinho (2001, p. 59) esclarece que os consórcios intermunicipais são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União. A prestação de contas é feita em função das suas fontes de receitas, os aspectos contábeis, as licitações, o pessoal e os relatórios de atividades. O não cumprimento dessa norma, estabelece sanções e penalidades aos gestores dos consórcios, prevista na Lei Complementar 709/83.

Obviamente por se tratar de uma entidade que se utiliza de bens públicos, as definições dos mesmos se tornam necessárias para a análise da trajetória do consórcio, o acerto de contas com a comunidade e as esferas Estaduais e Federais, haja vista, que muitas contribuições são correspondentes às quotas orçamentárias, contribuições e ou subvenções feitas pelo Estado e Governo Federal aos Municípios, disciplinadas pelo artigo 18 da Lei 4.320/64, e por fim, a avaliação de sua administração. Outras fontes de renda são gerados pelas quotas de contribuição dos municípios, através da prestação de serviços (PINHO, 2001, p. 62).

3.3 – Consórcios: criação e funcionamento

O trabalho irá tratar agora das dificuldades de se montar a estrutura de um consórcio. Primeiramente, o motivo que os leva a se unirem, deriva de pura necessidade, caso contrário essa forma de gestão local talvez inexistisse (LAMPARELLI, 1999, p. 234). Outras barreiras se tornam mais evidentes, como o seu tamanho, seu raio de alcance, a afinidade e prioridade de acordo com as necessidades da população, sua heterogeneidade, o poder político local e outras definidas por sua localização geográfica, reservas naturais e minerais.

Inicia-se pelo seu tamanho, que é fundamental na estrutura de qualquer consórcio. Através de pesquisas no Estado de São Paulo realizadas por Barros (1995, p. 28) nos anos de 1992/1993, verificou-se que o tamanho ideal dos consórcios varia entre 6 e 19 Municípios, considerados de consórcios de porte médio. No mesmo seguimento, o IBAM (2000) sugere um total de no máximo 15 Municípios, caso contrário “vira bagunça”, segundo eles. A recíproca é verdadeira, uma vez que parte dos consórcios com menos e 6 e mais de 19 Municípios estão inoperantes. A explicação está em organizar e direcionar o mesmo ideal, quanto maior o número de participantes, tão maior serão as dificuldades de se chegar a um denominador comum e, quanto menor a quantidade de Municípios, maior as dificuldades em se angariar capital para a execução dos objetivos propostos.

Tal qual o seu tamanho, sua área de alcance também se torna fundamental, segundo o IBAM (2000) uma vez que longas distâncias dificultam o contato entre os organizadores e o acesso das comunidades ao serviço oferecido pelo consórcio servindo, como exemplo, a dinâmica dos consórcios de saúde.

O IBAM (2000) também aconselha que os participantes de um consórcio estejam num raio de 100 quilômetros, para não dificultar o acesso da população, que muitas vezes precisa se deslocar entre os Municípios para atendimento médico.

Para Barros (1995, p. 37) as afinidades, e as prioridades aqui supracitadas, delineiam a razão de existir dos consórcios e tem que ir ao encontro das

necessidades primordiais da comunidade. Ora, se a necessidade básica da população pede por saúde, seria intransigente a criação de um consórcio para a construção de estradas e pontes, daí separar o que é prioritário para a população, do que é bom para a cidade, torna-se uma dificuldade não tão menos importante.

Leite (2001, p. 48) analisa as dificuldades apresentadas quando se trata de Municípios heterogêneos, quanto ao seu porte populacional ou a sua realidade econômica e social, é a predominância que o mesmo tentará exercer em detrimento dos menos favorecidos, na tentativa de obter o poder decisório em suas mãos e com isso, lograr vantagens da situação. Essa imposição não é facilmente absorvida pelos demais cooperados, criando-se entraves nas formações dos consórcios. A saída para essa situação está na democracia e no voto.

O poder político local está para o consórcio como o combustível está para um automóvel. Sem o combustível, o automóvel não anda e sem a força política, o consórcio não sai do papel. Segundo Barros (1995, p. 24) os políticos representados pelos deputados, prefeitos e vereadores tem o poder e a função de articular e formar os consórcios, de dinamizá-los e colocá-los operantes frente às necessidades da população. Os entraves quanto a esses procedimentos estão fundados na má vontade política. É preciso vontade real dos prefeitos e a interferência mínima, ou se possível nenhuma de questões políticas partidárias no seu desenvolvimento e fortalecimento (LAMPARELLI, 1999, p. 235).

Pode-se resumir as outras dificuldades - como as reservas naturais e minerais - em encontrar parceiros com a mesma afinidade e pré-disposição para explorá-las e por fim, as localidades geográficas, que devido às cidades se encontrarem em lugares de difícil acesso, inviabiliza toda e qualquer tentativa de cooperação por mais simples que possa ser (LAMPARELLI, 1999, p. 230).

3.4 – Tipos de consórcios

As modalidades dos consórcios intermunicipais, vão ao encontro das necessidades dos municípios e de suas comunidades, com a possibilidade de crescer um número maior de modalidades a cada ano que se passa devido a

uma maior necessidade do ser humano em se satisfazer, pelo grande crescimento demográfico das cidades e, também, por questões ambientais tão discutidas nos dias de hoje.

Diante desse cenário, pode-se citar aqui algumas modalidades mais conhecidas e que deram certo no território nacional, conforme dados do CEPAM (2001) e do IBAM (2000), e são elas: consórcios intermunicipais para coleta e reciclagem de lixo e tratamento de resíduos sólidos (esgoto); consórcio para realização de grandes obras – construção de pontes, estradas, hidrovias, etc; consórcios para o desenvolvimento ambiental – recuperação de rios, bacias e reflorestamentos; consórcios para o desenvolvimento regional – levantamentos de solo (topografia e condições para a agricultura), turismo, etc; consórcios intermunicipais de cultura – construção de teatros, escolas, recuperação de obras de arte, etc, e, consórcios intermunicipais de saúde, que dão atendimento médico, hospitalar e compra de remédio para a distribuição entre os entes municipais.

As pesquisas realizadas pelas Secretarias de Saúde do Pará e de Minas Gerais (1997), apontam para o consórcio de saúde como o que tem o maior número de Municípios consorciados e, os que obtiveram melhores resultados. Por esse motivo, este capítulo se encerra com dois exemplos, um sobre consórcios de saúde e outro, sobre consórcio de desenvolvimento regional, o qual se intitula o presente trabalho.

3.5 – Exemplo de consórcio de saúde

Acredita-se que um exemplo é uma das melhores maneiras de se demonstrar o funcionamento e os benefícios trazidos pela formação dos consórcios intermunicipais. Portanto se descreve agora uma experiência que repercutiu em todo o território nacional, servindo inclusive de matéria para a revista *Veja* de 09 de abril de 1997, o Consórcio Intermunicipal do Alto São Francisco em Minas Gerais. .

Em 1988, Júlio Lacerda que na época era prefeito de Moema-MG, por completa falta de verba, decreta o fechamento do único hospital da cidade. Três anos após, em 1991, com a idéia de dividir custos para ampliar os benefícios na

área de saúde, o prefeito de Moema decide formar o consórcio, que na época contava com 26 municípios (VEJA, 1997, p. 67).

A associação civil formada pelos municípios tinha como meta, o intercâmbio dos serviços de saúde entre os municípios participantes, contando inclusive com a reabertura do hospital de Moema, e seriam sustentados e gerenciados pelos próprios municípios, dentro dos princípios do Sistema Único de Saúde, contando também com a participação do Estado. Dessa forma cada cidade pode sediar uma especialidade médica, passando a atender a população de todos os municípios integrados, garantindo o atendimento primário e especializado, evitando-se que pacientes sejam enviados aos grandes centros, ou seja, a população tem acesso às modernas tecnologias, sem necessitar de grandes deslocamentos (VEJA, 1997, p.67).

Em 1999, segundo o IBAM (2000) o consórcio iniciou o processo de planejamento integrado de ações regionais, e a partir dessas informações, foram determinadas as prioridades de investimento, planejadas as ações de saúde, o fluxo de pacientes, a capacidade de atendimento e o planejamento dos gastos de recursos do SUS. As despesas com a manutenção da estrutura administrativa são bancadas com a participação de 2% do Fundo de Participação dos Municípios de cada município consorciado, e, autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais. Segundo o IBAM (2000) a secretaria de saúde fornece os projetos técnicos, assessoria e viabiliza financiamentos para a aquisição de equipamentos. Os usuários por sua vez e de uma forma geral, obedecem as seguintes normas: quando precisar utilizar os serviços médicos, o usuário procura um posto de saúde da cidade onde mora; se precisar de um especialista ou de exames mais sofisticados, o médico através da secretaria municipal de saúde, marca uma consulta para outros hospitais ou serviços do consorcio; o pedido é encaminhado a central de marcação de consultas do município sede; no dia da consulta, todos os pacientes embarcam em uma perua, ou ambulância local e são encaminhados ao hospital regional, e depois de atendidos retornam a sua cidade utilizando-se do mesmo veículo.

Os resultados não demoraram a aparecer, com sete unidades de saúde localizados nos principais municípios do consórcio, já atendem a 90% dos problemas dos 250 mil habitantes da região (VEJA, 1997, p. 67).

O centro oftalmológico é um exemplo, construído em 1993 por um milhão de reais, no ano de 1996, fez mais cirurgias de catarata do que todos os hospitais da rede pública de Minas Gerais, saindo cada intervenção cirúrgica 40% menor do que se fosse realizada em Belo Horizonte (VEJA, 1997, p. 67).

Para o IBAM (2000) o prefeito de Moema, Júlio Lacerda, conseguiu com a formação do consórcio Alto São Francisco o que muitos administradores locais gostariam de fazer em seus mandatos, que é dentre outras, dar um atendimento melhor às suas populações sem precisar se deslocar para grandes centros, evitar a subutilização de equipamentos e recursos humanos, viabilizar mais recursos financeiros do SUS, que paga pela quantidade de habitantes atendidos, uma economia de 10 a 15% na compra de materiais para os hospitais e clínica, devido às compras serem efetuadas no atacado, troca de experiências administrativas e científica, e evitar a concorrência regional entre funcionários por melhores salários, permitindo a padronização da política de pessoal e o treinamento integrado dos recursos humanos.

Há que se ressaltar o grande envolvimento dos municípios mineiros pela formação de consórcios intermunicipais de saúde (CIS), na Tabela 1 se demonstra a evolução dessa prática, com um crescimento significativo em apenas cinco anos.

TABELA 1 – Evolução dos CIS em Minas Gerais

ANO	CONSÓRCIOS IMPLANTADOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	QDE. DE POPULAÇÃO ATENDIDA
1994	2	37	489.000
1995	32	371	6.434.357
1996	50	535	8.978.848
1997	66	759	11.203.126
1998	70	786	12.387.509

Fonte: Secretaria de Saúde de Minas Gerais, outubro/1998.

Na Tabela 2 se apresenta uma pesquisa realizada em 1997, onde comprova a primazia mineira na formação de consórcios de saúde sobre os demais Estados, beneficiando 25 milhões de habitantes.

TABELA 2 – Situação dos Consórcios Intermunicipais no Ano de 1997

ESTADO	QUANTIDADE DE MUNICIPIOS	ÁREA	QDE. DE POPULAÇÃO ATENDIDA
Minas Gerais	759	Saúde	11.203.126
Piauí	04	Saúde	50.000
Paraná	269	Saúde	4.000.000
Rio Gde. Do Sul	7	Reciclagem de lixo	100.000
Bahia	05	Obras	60.000
São Paulo	200	Diversos	10.000.000
TOTAL	1.244	—	25.413.126

Fonte: Associações Estaduais de Municípios e Secretaria de Saúde de Minas Gerais e Paraná.

Assim como os municípios mineiros, os municípios paranaenses também aderiram a essa forma de gestão local e, em 1999, criaram o consórcio Paraná Medicamentos, que mais tarde passaria a se chamar Consorcio Paraná Saúde.

De acordo com a Secretaria de Saúde do Paraná (2001) o caso paranaense, o consórcio foi criado principalmente para a compra de medicamentos, e, utilizando-se do poder de compra em grandes quantidades, chega-se fácil a uma economia de até 30% nas compras, beneficiando cerca de 352 municípios, e uma população total de 5.200.000 pessoas. O excedente gerado pela economia da compra é revertido para a própria população, na forma de aquisição de novos tipos de medicamentos. Só no ano de 2000, foram adquiridos R\$ 7.243.822,62 de medicamentos e distribuídos nas 22 regionais de saúde. Os consórcios no Paraná hoje são uma realidade e englobam 88% dos municípios de todo o Estado.

3.6 – Exemplo de consórcio para o desenvolvimento regional

Aborda-se agora, o exemplo de consórcios voltados para o desenvolvimento regional, e para tanto, descreve-se a história do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, o qual forneceu este material em sua íntegra através de seu site (CIVAP, 2001).

Em 1983, devido à falta de verba para a execução de um levantamento de solo na região do Vale do Paranapanema, surge a idéia da associação de vários municípios para tornar economicamente viável esse projeto. E, aos 12 de

dezembro de 1985, forma-se o consórcio Intermunicipal CIERGA, com a finalidade específica de angariar fundos junto às prefeituras, cooperativas e usinas, para financiamento de parte do levantamento de solo.

Juntamente com técnicos do IAC, esse projeto vingou, sendo concretizado no ano de 1990, trazendo inúmeros benefícios para o desenvolvimento da região do Vale do Paranapanema. Com o projeto a que se propuseram acabado, e não havendo motivos para a continuidade do consórcio, o mesmo foi desativado, voltando às atividades somente em 1994, ou seja, quatro anos mais tarde.

Disputas políticas pelo domínio do consórcio tornaram-se um fator limitante para a sua consolidação, mesmo assim, se tornou uma das maiores associações que pensam no desenvolvimento da região como um todo, ficando difícil se pensar em novas perspectivas para a região sem essas ações integradas.

Em novembro de 2000, sob a presidência de José Roberto Leão Rego, o antigo CIERGA passou a se chamar CIVAP, trazendo consigo uma estrutura administrativa bem consolidada iniciou alguns projetos e conseguiu vitórias importantes como a aprovação de projetos do PED.

A formação do consórcio Vale do Paranapanema, atualmente (2001) reúne dezoito municípios que são: Assis, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracaí, Nantes, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Quatá e Tarumã, tem como presidente, a prefeita de Pedrinhas Paulista, Ida Franzoso de Souza, com sua sede localizada na Via Chico Mendes numero 75 em Assis, e, atende uma população de aproximadamente 255.401 pessoas, conforme último censo divulgado pelo IBGE no ano de 2000.

Os recursos para o custeio do consórcio são originários das contribuições de seus associados, seus valores são aprovados pelo conselho de prefeitos, e os mesmos são repassados mensalmente para a manutenção da estrutura funcional do consórcio. O consórcio não opera com recursos de investimentos, e com a ocorrência de atrasos nas mensalidades, dificulta uma melhor expansão de seu atendimento.

Os recursos para os projetos desenvolvidos, e em andamento pelo consórcio, são na maioria das vezes provenientes do fundo perdido – FEHIDRO -, Banco Mundial, BNDES, cooperativas e empresas privadas.

Com o objetivo do desenvolvimento regional, o consórcio atua em várias áreas, principalmente relacionadas com o solo, recuperação do meio ambiente, turismo, obras como duplicação de estradas, etc. Por fim se descreve agora os projetos desenvolvidos, os que estão em desenvolvimento e os que estão em estudo e fase final para serem implantados, e que são adequados para conceber uma política de fomento à cooperação intermunicipal, como estratégia para o desenvolvimento regional.

Inicia-se com os projetos que já foram desenvolvidos com sucesso, e também aqueles que estão em pleno desenvolvimento. Projeto agricultura limpa - tem o objetivo de levar a conscientização, sensibilização e mobilização da comunidade na recuperação ambiental do Médio Paranapanema, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável (recursos do Banco Mundial); Projeto Diagnóstico do Meio Físico da Região do Médio Paranapanema – levantamento e mapeamento de dados básicos da região visando definir o potencial de uso das terras, suas limitações e possibilidades, finalizando com um projeto de zoneamento eco-agrícola, buscando a racionalização da produção agrícola e a preservação dos recursos naturais (recursos do FEHIDRO); Projeto Raio X da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema – utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, em cumprimento da Lei 7.663/91, Art. 26, inciso III (recursos do FEHIDRO); Projeto Área Experimental de Agricultura Irrigada - consiste na viabilidade econômica, social e ambiental da criação de um pólo de irrigação na região, com a fomentação e recuperação ambiental, transformando a área experimental em uma fazenda modelo sob o ponto de vista conservacionista (recursos do FEHIDRO); Projeto Piscicultura – desenvolver a piscicultura no Vale do Paranapanema, contribuindo com projetos de viabilidade e transferências de tecnologias; Projetos na Área de Transportes – duplicação da Rodovia Raposo Tavares e construção de estradas vicinais para a maioria dos municípios consorciados; Projetos de Educação Ambiental – formação e capacitação de 80 agentes ambientais, que trabalham os temas do lixo e reflorestamento através de palestras para criança de todas as faixas etárias

e produtores rurais, e para finalizar, os Projetos na Área de Saúde – compra de equipamentos, contratação de médicos, implantação de uma farmácia de manipulação e compra de UTI móvel.

Os projetos que estão em estudo e em vias de serem implantados, são: Banco da Terra e o Banco do Povo Paulista Regional; Patrulha Regional – aquisição de máquina esteira, moto-niveladora e pá-carregadeira; Saúde – criação da central de compra de medicamentos; Projetos nas Áreas de Produção Agrícola e Meio Ambiente – viabilização da produção e extração de óleos essenciais da hortelã (menta), recuperação da Água do Frutal, educação ambiental voltada para a tríplice lavagem e armazenamento de embalagens de agrotóxicos, central de manejo e controle de pragas, instalação de moinho de milho, fábrica verde voltada para a melhor qualidade de vida dos produtores e o projeto biomavale. Doravante, existe a vontade de se explorar o turismo da região, que através de eventos apoiados pelo CIVAP, procuram demonstrar seu potencial, quer seja pelas grandes quantidades de matas ciliares, como através dos rios e lagos formados pelas usinas hidrelétricas, que apresentam condições extremamente favoráveis à prática dos esportes náuticos, da vela à pescaria, do rating à canoagem. Além disso, a região está localizada sobre o maior lençol freático de água potável da América Latina.

No que tange às questões de desenvolvimento regional, ha que se destacar o bom uso do sistema cooperado neste exemplo aqui supracitado. Seus resultados, demandam de um esforço em comum entre todos os participantes com a finalidade única, que é aumentar a capacidade de um grupo de municípios para solucionar problemas comuns.

Para o final deste capítulo, se faz necessária uma observação importante a respeito das atuações dos consórcios. Segundo o CIVAP (2001) o atraso nos pagamentos, além de inviabilizar os projetos, acarreta o atraso nos que já estão em andamento, e também são vistos hoje em dia como entraves para as formações dos consórcios e conseqüentemente o enfraquecimento dos que já estão constituídos.

4 – UNIPONTAL - UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

4.1 – Histórico conciso da região do Pontal

Com exceção do parágrafo que fala sobre as invasões de terras, o texto a seguir, foi extraído em sua íntegra de um documento oficial da UNIPONTAL (1999). A região do Pontal do Paranapanema fica situada no extremo oeste do Estado de São Paulo com suas divisas constituídas através dos Rios Paraná a oeste, Rio do Peixe, ao norte, e Rio Paranapanema, ao sul, fazendo fronteira com os Estados do Mato Grosso do Sul a oeste e o Estado do Paraná ao sul. Os levantamentos históricos demonstram que a região teve seu processo de povoamento iniciado por volta do século XVII com as expedições exploratórias e missões jesuítas, seguidas pelas incursões de mineiros do sul de Minas Gerais e de desbravadores que, na sua maioria, se deslocavam do Mato Grosso do Sul, no final do século XIX, início do século XX.

A economia da época se resumia na agricultura, criação de animais de corte e de monta, e a comercialização dos excedentes, as terras por sua vez, eram divididas pelos desbravadores e depois pelas empresas de colonização em pequenos loteamentos, originando pequenas propriedades rurais.

A ocupação da região teve realmente grande impulso a partir de 1920, com a expansão da estrada de ferro Sorocabana, vis-à-vis, ocorreram as formações das cidades e a introdução da cultura cafeeira, colaborando com a transformação econômica que atingia o Estado naquele momento. A partir da década de 30, o café começa a perder espaço de plantio, e o setor agropecuário de corte, toma impulso juntamente com o algodão, a mamona e o amendoim, devido a fatores como a crise da superprodução de café; a concorrência do norte do Paraná; os incentivos do governo para plantações de algodão, determinadas pela demanda internacional e a indústria têxtil do Estado; a mamona que atendia à demanda da guerra, e por fim, o amendoim que passou a abastecer as indústrias de refino de óleo recém chegadas, absorvendo também a mão-de-obra ociosa em função da sazonalidade das outras culturas. Essa característica tomou conta de quase todos os municípios da região, modificando inclusive a estrutura fundiária, favorecendo o surgimento de pequenas propriedades, o sistema arrendatário e o crescimento demográfico, que naquela época se estendia por toda a extensão ferroviária.

Na década de 40, além das atividades aqui descritas, a economia da região prosperou com as grandes empresas madeireiras (serrarias), de apoio e transporte a navegação fluvial, de construção naval e de serviços de carga e descarga, o que atraiu mais trabalhadores para a região, instalando-se nessa época do Porto Fluvial de Presidente Epitácio.

A tendência pela pecuária na região já pode ser vista a partir dos anos 50 com a instalação dos primeiros frigoríficos e a formação de grandes pastagens, em detrimento da agricultura que se transforma com o passar dos anos, bem como a concentração fundiária, fato marcante da região.

Nos anos 70, a extração da madeira passou a ser proibida e o cultivo de algodão é retraído devido à substituição da fibra de algodão pelas fibras artificiais, e o óleo pelo de soja. Já nos anos 80, as pastagens cedem pequeno espaço para o algodão, o milho e a cana-de-açúcar, que é destinada a indústria sucroalcooleira, representando o melhor dinamismo daquele período. A situação dos pequenos agricultores nessa época se agrava, formando um grande contingente de mão-de-obra ociosa e marginalizada, por outro lado, as cidades de Teodoro Sampaio, Caiuá e Marabá Paulista vêm suas áreas de pastagens serem substituídas paulatinamente pelo plantio de cana-de-açúcar, que recebia grande

incentivo do governo através do Proálcool. Esse período para a região Administrativa de Presidente Prudente fica marcado pelo crescimento dos ramos industriais de minerais não-metálicos, da mecânica, das demais indústrias de transformação, da construção civil e do setor terciário. Mas são os ramos de produção de alimentos (frigoríficos, fábrica de conservas, de produção de óleos comestíveis, de beneficiamento de cereais e rações) e produtos químicos (destilarias – produção de álcool e açúcar) que dominam a época e são responsáveis por 40% do emprego e 67% do valor da transformação industrial.

Por volta de 1987, intensificam-se as empresas que trabalham no ramo do couro, peles, bebidas e mobiliário e, embora a pecuária ainda detenha uma boa posição no Pontal do Paranapanema, a indústria de alimentos (principalmente frigoríficos), na década de 90, vem sofrendo drásticas reduções de seus estabelecimentos, com fechamentos e transferências para outros Estados, aumentando sobretudo, o desemprego no setor industrial.

As sucessivas crises econômicas e políticas que o país atravessou até os anos 90 são sentidas, também, pela região do Pontal, onde somados aos processos de “grilagem de terras”, agravou-se sobretudo a pobreza e as invasões de terra, e que de acordo com dados fornecidos pela Unesp (2001) de Presidente Prudente começaram em 1991 no município de Teodoro Sampaio, com o seu auge em 1998 com 71 invasões, totalizando até o ano de 2000, 351 invasões, e tendo como recordista de invasões, o município de Mirante do Paranapanema com 128 invasões (Tabela 3).

A situação do Pontal do Paranapanema se agrava tanto, que a região é nacionalmente conhecida em 1995 por seus sucessivos conflitos fundiários, levando as autoridades governamentais a elaborarem planos para solucionar o problema, que de acordo com Fernandes (1996) apud Unesp (2001):

A situação fundiária do Pontal é extremamente complexa e se encontra em processo de desentranhamento. Em diversos procedimentos excessivamente morosos, que se vêm desenvolvendo há mais de 50 anos, o Estado tem procurado realizar Ações Discriminatórias nos 34 perímetros, que compõe a região, possuindo uma extensão de 1.182.491,97 ha.

Diante do exposto acima, no documento elaborado pela UNIPONTAL (1999) chegou-se à conclusão que a região passa por extremo processo de esvaziamento econômico, onde as origens do problema são: a extrema concentração da propriedade fundiária, a baixa capacidade de inovação dos capitais locais, a ausência de estratégias de curto, médio e longo prazo por parte dos setores públicos e privados.

4.2 – Contextualização espacial e características do Pontal

O trabalho a seguir descreve seis diferentes contextualizações espaciais para a Região do Pontal do Paranapanema. A primeira contextualização espacial é a que abrange a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e, segundo a Unesp (2001) conta com 53 Municípios (Mapa 1). A seguir os Municípios da Região do Governo de Presidente Prudente, que segundo a Unesp (2001) engloba 31 Municípios (Mapa 2).

A unesp (2001) cita ainda, os Municípios da Mesoregião Geográfica de Presidente Prudente com 54 Municípios (Mapa 3), e os Municípios do CODESPAR que através do Decreto Estadual nº 30.621 de 26/10/1989 considera 21 Municípios como integrantes do Pontal (Mapa 4). O professor Leite (1981) apud Unesp (2001), é um dos autores que considera a menor espacialização para o Pontal do Paranapanema, contando com apenas 5 Municípios (Mapa 5).

Finalmente, se tem a contextualização espacial dos Municípios da AMNAP e da UNIPONTAL, que considera a região do Pontal do Paranapanema constituída por 62 Municípios (Quadro 1), onde 32 deles pertencem a UNIPONTAL e 30 Municípios pertencentes a AMNAP (Mapa 6) (UNESP, 2001).

O clima da região é predominantemente continental, com dois tipos distintos: o tropical úmido, localizado na faixa estreita próximo ao Rio Paraná, e o mesotérmico de inverno seco, localizado no restante da região (UNIPONTAL, 1999).

O solo está constituído de quatro formações: a Adamantina que se estende nas proximidades do Rio Paraná e é constituída de arenitos finos argilosos e

médios (quartzosos); a Santo Anastácio, que acompanha o Rio Santo Anastácio em quase todo o seu curso e o Ribeirão Anhumas, é formada por arenitos de granulação média e fina; a Caiuá que ocupa toda a região do Pontal, atingindo até a região do Ribeirão Pirapozinho e Presidente Epitácio, é constituída por arenitos finos e médios (arroxeadada típica) e estratificação de cruzadas de grande porte, e a Serra Geral que é a constituição de rochas efusivas básicas dispostas em derrames subhorizontais (arenitos e brechas intertrapianas). A região esta quase toda sobre rochas do Grupo Bauru, seu relevo é uniforme e monótono, com predomínio de colinas amplas de topos extensos e aplainados, com drenagem de baixa densidade (UNIPONTAL, 1999).

Os recursos hídricos são constituídos principalmente pelos Rios Paraná e Paranapanema, e seus principais afluentes, bem como, os mananciais subterrâneos e superficiais com alto potencial de exploração, embora este último prejudicado pelo forte assoreamento e poluição advinda de esgotos, fertilizantes e defensivos agrícolas (UNIPONTAL, 1999).

A vegetação foi bastante devastada, devido à ação predatória da ocupação e o desmatamento intenso para a agricultura e a formação de pastagens, restando poucas áreas de matas nativas, que são encontradas principalmente ao longo dos rios e no Parque Estadual do Morro do Diabo, considerado uma das últimas florestas do interior (UNIPONTAL, 1999).

4.3 – UNIPONTAL: formação, atuação e situação atual

O texto a seguir foi construído com base em documentos oficiais como as atas das reuniões, o estatuto e o cartão do CNPJ, bem como entrevistas com pessoas que de uma forma geral, estiveram ou estão, envolvidas com o título deste capítulo (UNIPONTAL, 1977-2002).

O UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema, teve sua primeira formação datada de fevereiro de 1977, através do estatuto celebrado por prefeitos, presidentes de câmara e vereadores dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

A formação inicial contava com 11 Municípios, representados por seus prefeitos e presidentes de câmaras, respectivamente, conforme descrição abaixo: Santo Anastácio - Manoel Batista Mendes e Nivaldo Luiz Gregório; Piquerobi - Orivaldo Raizzaro e Miguel Ortega Furlan; Presidente Venceslau - Tufi Nicolau e Antonio Canhero Neto; Caiuá – Osvaldo Aparecido Medeiros e Severiano Leandro da Silva; Marabá Paulista – Hamilton Sebastião da Silva e Eli Roberto Chaves; Mirante do Paranapanema – João Augusto de Almeida e José Holanda da Fonseca; Teodoro Sampaio – Newton Rodrigues da Silva e Nelson Cássio de Lima; Presidente Epitácio – Antonio Quirino da Costa e José Veloso de Menezes; Sandovalina – Roserval Aparecido Rodrigues e Francisco Alves Bezerra; Estrela do Norte – Antonio Ricardo Bertoli e Antonio Marinho e Presidente Bernardes – Júlio Omar Rodrigues e Waldir Salti Correia.

A mesa diretora era composta por 1 presidente, 1 vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros, que seriam eleitos pelo processo de escrutínio secreto, em reunião ordinária, e se renovariam a cada ano, ou seja, a duração de cada mesa diretora seria de 1 ano, a contar de 1º de fevereiro de cada ano a 31 de janeiro do ano seguinte, podendo se candidatar os prefeitos e os presidentes de câmaras. Os vereadores não teriam direito ao voto, o presidente poderia contratar um assessor com remuneração, e só poderiam se candidatar aos cargos acima, os Municípios que estiverem com as suas mensalidades em dia.

Para o início das atividades, foi imposta a cobrança de 1 salário mínimo de cada sócio fundador, o mesmo valor para cada novo participante, e uma anuidade, que seria dividida em parcelas trimestrais. A sede da entidade seria no Município que tivesse o presidente eleito e a sociedade só seria dissolvida em reunião com no mínimo 1/3 dos associados e a oposição de 2/3 dos participantes dessa reunião, ou se a formação do seu quadro associativo não estiverem no mínimo 5 associados. As reuniões seriam mensais, obedeceriam a locais diferentes a cada reunião, os membros seriam avisados com antecedência pelo presidente da entidade que é o responsável por marcar as reuniões, e as despesas provenientes de cada reunião seriam por conta de cada participante.

Segundo o estatuto, as finalidades eram de desenvolver o espírito de solidariedade entre os Municípios, distritos e bairros rurais sócios ou não da entidade sempre visando o interesse público; pugnar por um municipalismo livre

de sentimentos políticos partidários; estimular e desenvolver movimentos reivindicatórios de caráter local, ou regional junto às autoridades públicas ou privada; debater e apresentar sugestões sobre os problemas da região; prestigiar os acontecimentos festivos da região; informar a opinião pública sobre os acontecimentos e promover sempre que possível à confraternização dos Municípios nas reuniões.

Do período de fevereiro de 1977 até janeiro de 1989, não foi possível encontrar nenhum documento da entidade, não se sabe ao certo se a documentação foi perdida, ou se realmente não existiu, uma vez que na ata da reunião ordinária de 07 de janeiro de 1989 foi discutido há reativação e reestruturação do UNIPONTAL, portanto, ele poderia estar desativado a anos, o mesmo ocorrido com o consórcio CIVAP (2001), que ficou paralisado no período de 1990 até 1994. Outro indício, foi a reunião ordinária ocorrida em 21 de fevereiro de 1997, onde foi discutida uma alteração no estatuto de 1977, o qual já durava 20 anos, e na oportunidade foi mencionado que o UNIPONTAL não tinha nenhum documento dessa época em seu poder.

Em entrevista, o Sr. Renato de Jesus¹ (Anexo A) disse que havia feito um levantamento junto as prefeituras e cartórios da região a fim de preparar um banco de dados do consórcio. No período acima descrito, não conseguiu localizar nada que comprovasse o funcionamento da entidade, concordando que a mesma encontrava-se inativa, não descartando a hipótese de que na época foi elaborado apenas um estatuto, e o mesmo nunca tenha entrado em funcionamento, até janeiro de 1989.

Do período janeiro de 1989 até fevereiro de 2002, foram analisadas as atas das reuniões ordinárias, para se saber de fato como a entidade se comporta em prol do desenvolvimento regional. A primeira diretoria (1989) ficou assim definida: Presidente - Antonio Quirino da Costa, prefeito de P.Epitácio; Vice-presidente – Orivaldo Raizaro, prefeito de Piquerobi; 1º Secretário – Newton Rodrigues da Silva, prefeito de Teodoro Sampaio; 2º Secretário – Gerson Constante de Oliveria; Tesoureiro – José Holanda da Fonseca, presidente da câmara de Mirante do

¹ Renato de Jesus, foi assessor contratado (funcionário) da UNIPONTAL no período em que Mauro Bragato presidiu a entidade, de 1998 à 2000.

Paranapanema. Não foi mencionada a ocupação de 2º tesoureiro e nem de assessor contratado.

As reuniões não tinham uma periodicidade correta, às vezes eram feitas mês a mês, outrora se passavam até três meses ou mais para a realização das mesmas. Nas reuniões, eram discutidos os problemas da região, bem como a solução dos mesmos, eram apresentados ofícios para serem encaminhados ao governo de São Paulo, propostas para serem discutidas e implantadas, e na maioria das vezes eram convidadas autoridades, as quais ministravam palestras e davam esclarecimentos e pareceres sobre alguma lei e ou assuntos que envolviam a realidade do momento. Políticos como Mauro Bragato, Tadashi Kuriki, Inocêncio Erbella, secretários do governo de São Paulo e outros, freqüentavam quase todas as reuniões. Eles ouviam as reclamações e os pedidos dos prefeitos, davam esclarecimentos e às vezes levavam os problemas para serem discutidos com o governador para que o mesmo tomasse providências.

Autoridades de outras entidades da região, como a UMAS e a UME, compareciam às reuniões, para darem apoio e também receberem por parte da UNIPONTAL.

Em linhas gerais, as reuniões serviam para se discutir as dificuldades e as soluções para cada Município e a região como um todo, bem como articular uma força política, para juntos cobrarem providências do governo do Estado, com relação à liberação de verbas. Muitas vezes essas articulações tomavam a forma de ofícios, telefonemas, fax e até pessoalmente, por conta dos deputados e até mesmo dos prefeitos que levavam os problemas para serem discutidos pessoalmente com o governador.

Devido à complexidade que envolvia os pedidos de cada prefeito nas reuniões, não é possível descrever aqui tudo o que eles pleiteavam, mesmo porque as atas eram redigidas de forma sucinta, e, às vezes não detalhavam tudo o que era discutido. Portanto serão descritas algumas solicitações importantes do período analisado, e que são: prolongamento da rodovia Castelo Branco até a Presidente Epitácio, ou pelo menos até a cidade de Echaporã, e a duplicação da rodovia Raposo Tavares de Presidente Epitácio até Assis; pavimentação e recapeamento de diversas estradas vicinais; reativação do ramal de Dourados (trem); melhoramento da hidrovía; plantio de árvores nas nascentes dos rios;

construção de novos postos de saúde e escolas; manutenção do Proálcool; construção de guaritas nas entradas e saídas das cidades para melhor fiscalizar o ICMS; liberação de verbas para a compra de tratores e implementos agrícolas; convênio com a cidade de Kaati no Japão, para trocas de tecnologia no ramo da indústria de cerâmica, pesca e no turismo; apoio, projetos e termos de cooperação para o desenvolvimento da agricultura na região; eletrificação rural; programa Pró-calcário; ofícios direcionados ao BANESPA e BNDES para a liberação de novos financiamentos; acordo com empresários italianos para o desenvolvimento da indústria do couro; cinturão verde; fábrica de medicamentos; banco da Terra; bolsa de arrendamentos; ofícios solicitando uma breve solução para o problema das invasões de terra, e a organização de comitiva de prefeitos para irem à Brasília, a fim de pressionarem o governo federal com respeito às dificuldades dos Municípios (dívidas, principalmente com o INSS).

Da maneira como a entidade age, fica difícil descrever com exatidão todas as conquistas que ela tem alcançado ao longo desses anos, um vez que a maioria de suas vitórias se traduzem em verbas, que são pulverizadas na região em pequenas obras. Outra forma de atuação da entidade esta ligada ao apoio, elaboração de projetos, estudos da região, troca de informações e experiência entre os associados, e na formação de uma força política forte para defender os interesses públicos da região junto às esferas Estadual e Federal. Na seqüência do trabalho, se descreve algumas conquistas apuradas através de entrevistas, e documentos oficiais da entidade.

Com relação às estradas, algumas vitórias foram conseguidas pela entidade, como: a pavimentação da vicinal que liga Taciba à Usina Capivara; o recapeamento da rodovia da Integração (SP 563), no trecho que vai de Presidente Venceslau até Mirante do Paranapanema, e o melhoramento de alguns trechos da rodovia Raposo Tavares, entre Presidente Prudente e Presidente Epiácio; a participação (apoio) na construção do trevo de acesso ao Ceasa em Presidente Prudente; a implantação dos programas “melhor caminho” através do CODASP(Foto1), e “pró-estrada”, que consiste na formação de consórcios de no máximo 6 Municípios, que pagam uma mensalidade de R\$ 2.000,00, e tem à sua disposição máquinas para a pavimentação e recapeamento

de ruas e estradas. Atualmente (2002), dentro dos 32 Municípios que integram o UNIPONTAL, foram formados 4 consórcios do “melhor caminho”.

O meio ambiente desperta muita atenção entre os associados, e por conta disso era muito discutido nas reuniões. A UNIPONTAL teve participação importante no programa de plantio de árvores no leito do rio Santo Anastácio, denominado na época de SOS Santo Anastácio.

A agricultura sempre foi um dos temas principais das reuniões e ao longo desses anos, vários projetos foram elaborados, como: foi cobrada e conseguida uma maior agilidade na liberação de financiamentos para os agricultores da região junto ao Banespa; foram criados, juntamente com o governo de São Paulo, dois órgãos para o desenvolvimento do Pontal, o CODESPAR, e o FUNDESPAR. De imediato, o CODESPAR teve 15 projetos aprovados, se destacando o projeto de eletrificação rural, que na época beneficiou uma população de cerca de 20.000 habitantes a um custo aproximado de 13 milhões de dólares, dividido da seguinte forma: 50% por conta do Governo do Estado, 40% da concessionária (CESP e CAIUÁ) e 10% por conta dos produtores rurais; o banco da Terra foi outra conquista da UNIPONTAL, onde consta a compra de três fazendas em Presidente Prudente, Tarabai e Rancharia, e a liberação de mais verbas para a região, estando previsto mais 12 milhões de reais para o ano de 2002; a implantação da feccularia Amidoeste em Tarabai; a criação da bolsa de arrendamentos da terra, para a plantação de soja; a elaboração de um estudo para uma possível expansão agrícola e de combate a erosão, e assinado um termo de cooperação técnica entre a secretaria de planejamento e da agricultura do Estado de São Paulo.

Na verdade, segundo entrevista com o sr. Mário Antonio Sossoloti² (Anexo B) a região, depois das culturas de café e algodão ocorridas em meados da década de 70, ainda não conseguiu descobrir sua aptidão na área da agricultura. Ele afirma que é necessário se pensar nisso urgente, uma vez que a terra do pontal não é de boa qualidade, e em algumas regiões até o pasto esta sendo comprometido pela falta de rotação de culturas.

² Mário Antonio Sossoloti é o atual diretor do ERPLAN de Presidente Prudente (2002)

Na área da saúde, foi criado, na cidade de Presidente Venceslau, o ERSA 63, beneficiando oito Municípios com o seu atendimento, foram dados também, assistência a todos os Municípios associados com respeito à descentralização da saúde (SUS) e ministrado palestras com esclarecimentos técnicos e preventivos com respeito ao mosquito da dengue, que se prolifera com grande intensidade na região.

Na área da educação, foram dados pela UNIPONTAL todo apoio e suporte jurídico com relação à assinatura do convênio entre os Municípios e o Governo Estadual, o qual trata da descentralização do ensino, bem como foram incentivados pela entidade o cultivo de hortas municipais como meio de baratear a merenda escolar.

Os projetos como o prolongamento da rodovia Castelo Branco, que facilitaria o escoamento da produção agrícola, a manutenção do Próalcool, que foi solicitada junto ao Governo Federal, para não causar desemprego em massa nas usinas de álcool da região, a construção de guaritas nas entradas e saídas das cidades a fim de coibir a sonegação do ICMS, O pró-calcário, onde 60% do calcário era financiado pelo Banespa e 40% a fundo perdido, beneficiando 1.800 produtores rurais, que tinham uma cota limite de 15 toneladas por produtor; o cinturão verde e a fábrica de medicamentos, foram alguns dos projetos que não obtiveram sucesso até a presente data. A duplicação da rodovia Raposo Tavares, que foi muito solicitada nas reuniões, com o pretexto de que melhoraria o escoamento dos produtos da região, aos poucos está sendo concluída, pois além dos trechos citados acima que já foram melhorados, segundo informações de órgãos ligados ao desenvolvimento regional, como o ERPLAN, o governo do Estado esta disposto a fazer a duplicação entre Assis e Presidente Prudente, ordenando que se faça um estudo, bem como um orçamento da obra.

É importante frisar que as conquistas da UNIPONTAL se traduzem na viabilidade das suas solicitações, obviamente que a entidade não executa nenhuma obra, ficando a cargo dos Municípios tal tarefa.

Com o passar dos anos, novos associados foram se incorporando a UNIPONTAL, que hoje conta com 32 Municípios. Seu estatuto foi alterado em 1997 (Anexo C) o qual sofreu pequenas modificações, como a inclusão na mesa diretora de mais um vice-presidente, e o valor de um salário mínimo vigente no

mês, a título de mensalidade, sendo que o Município que tiver o presidente eleito, pagará o valor de 5 salários mínimos como mensalidade.

Em 13 de julho de 1999, a entidade teve seu registro junto aos órgãos governamentais - como a Receita Federal - passando agora a ter sua própria personalidade jurídica, que até então não existia. O nome empresarial ficou como União dos Municípios do Pontal do Paranapanema, sua natureza jurídica como Associação, e o seu CNPJ com o número 03.309.032/0001-61 (Anexo D). Foi criado também um logotipo (Anexo E), que poderá ser visto nas atas e nos impressos de uma forma geral.

No encerramento das atividades do ano de 2001, foi apresentado o balanço da entidade, que teve uma receita bruta de R\$ 34.436,83, e uma despesa de R\$ 31.764,35, sobrando um saldo positivo de R\$ 2.672,48 para o ano de 2002. Após as eleições ocorridas em 28 de fevereiro de 2002, a mesa diretora ficou composta por: Presidente – José Roberto Pinheiro Nunes, prefeito de João Ramalho (Foto 2); 1º Vice-presidente – Nelson Nicácio de Lima, prefeito de Euclides da Cunha Paulista; 2º Vice-presidente – Fidelcino Magro, prefeito de Narandiba; 1º Secretário – Hely Valdo Batistela, prefeito de Taciba; 2º Secretário – Antonio Edvan de Lima, presidente da câmara de Marabá Paulista; 1º Tesoureiro – Divaldo Pereira de Oliveira, prefeito de Sandovalina, e 2º Tesoureiro – Aparecido Bazzeto Stuani, presidente da câmara de Martinópolis.

Atualmente, a sede da entidade está localizada a rua Siqueira Campos, nº 409, no Centro da cidade de Presidente Prudente. Tanto o prédio como os móveis são alugados, os únicos bens materiais da entidade são um micro-computador, uma impressora, um *scanner* e um aparelho de fax (Foto 3).

Em entrevista (Anexo F), a nova direção do UNIPONTAL pretende, daqui por diante, direcionar suas forças principalmente para dois projetos que já estão em funcionamento e que já foram citados nesse trabalho, que são o Banco da Terra, que financia a compra de terras, e a Bolsa de Arrendamentos para o Plantio de Soja em áreas degradadas, ambos funcionando no prédio da própria entidade.

TABELA 3 – Invasões de terras no Pontal do Paranapanema (1990-2000)

No.	Nome do Município	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
03	Álvares Machado								02				02
08	Caiuá								09	04	06		19
12	Euclides da Cunha Paulista				03			04	09	06	01	03	26
17	Iepê									03			03
24	Marabá Paulista								01		01		02
26	Martinópolis					07	02	05	05	02			21
27	Mirante do Paranapanema		05	09	25	30	30	10	03	16			128
29	Nantes									01	01		02
30	Narandiba									01			01
37	Paulicéia				01	04	02	05					12
38	Piquerobi										01		01
41	Presidente Bernardes							03		07	01		11
42	Presidente Epitácio			02			02	09	01	06	04	02	26
43	Presidente Prudente								01				01
44	Presidente Venceslau							10	02	02	02		16
46	Rancharia						08	01	04	04			17
48	Ribeirão dos Índios										02		02
50	Rosana					01		01	02	08			12
53	Sandovalina						03	11	01		02		17

55	Santo Anastácio					01	01	01	01		04			
58	Taciba							02			02			
59	Tarabai						01				01			
60	Teodoro Sampaio	01			02	02	01	02	05	01	08	22		
62	Tupi Paulista								03			03		
Total			01	05	11	29	44	49	61	44	71	23	13	351

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

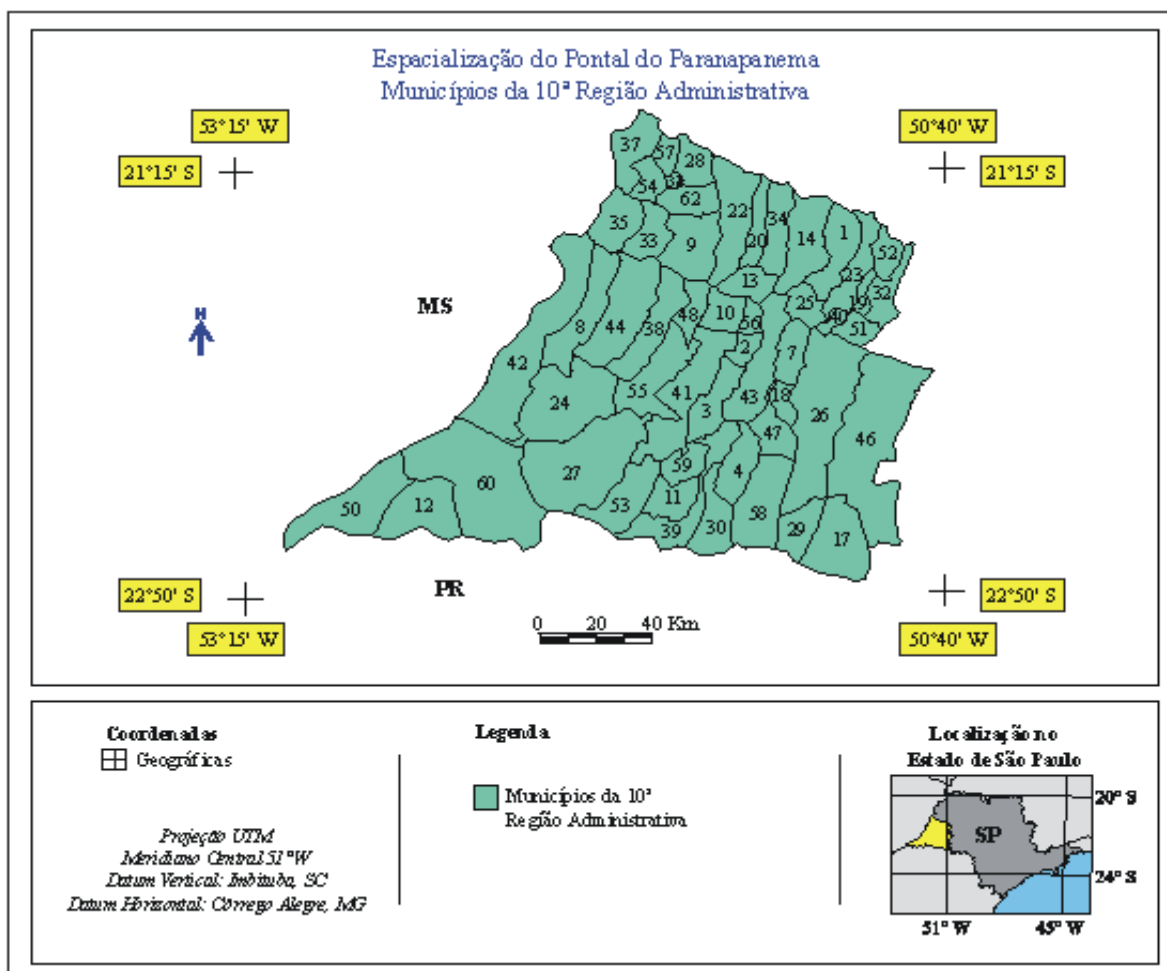
QUADRO 1 – Municípios que compõem a AMNAP e UNIPONTAL

No.	Nome do Município	União de Municípios a que pertence	No.	Nome do Município	União de Municípios a que pertence
01	Adamantina	AMNAP	32	Oswaldo Cruz	AMNAP
02	Alfredo Marcondes	UNIPONTAL	33	Ouro Verde	AMNAP
03	Álvares Machado	UNIPONTAL	34	Pacaembu	AMNAP
04	Anhumas	UNIPONTAL	35	Panorama	AMNAP
05	Arco-Íris	AMNAP	36	Parapuã	AMNAP
06	Bastos	AMNAP	37	Paulicéia	AMNAP
07	Caiabu	UNIPONTAL	38	Piquerobi	UNIPONTAL
08	Caiuá	UNIPONTAL	39	Pirapozinho	UNIPONTAL
09	Dracena	AMNAP	40	Pracinha	AMNAP
10	Emilianópolis	UNIPONTAL	41	Presidente Bernardes	UNIPONTAL
11	Estrela do Norte	UNIPONTAL	42	Presidente Epitácio	UNIPONTAL
12	Euclides da Cunha Paulista	UNIPONTAL	43	Presidente Prudente	UNIPONTAL
13	Flora Rica	AMNAP	44	Presidente Venceslau	UNIPONTAL
14	Flórida Paulista	AMNAP	45	Queiroz	AMNAP
15	Herculândia	AMNAP	46	Rancharia	UNIPONTAL
16	Iacri	AMNAP	47	Regente Feijó	UNIPONTAL
17	Iepê	UNIPONTAL	48	Ribeirão dos Índios	UNIPONTAL

18	Indiana	UNIPONTAL	49	Rinópolis	AMNAP
19	Inúbia Paulista	AMNAP	50	Rosana	UNIPONTAL
20	Irapuru	AMNAP	51	Sagres	AMNAP
21	João Ramalho	UNIPONTAL	52	Salmourão	AMNAP
22	Junqueirópolis	AMNAP	53	Sandovalina	UNIPONTAL
23	Lucélia	AMNAP	54	Santa Mercedes	AMNAP
24	Marabá Paulista	UNIPONTAL	55	Santo Anastácio	UNIPONTAL
25	Mariópolis	AMNAP	56	Santo Expedito	UNIPONTAL
26	Martinópolis	UNIPONTAL	57	São João do Pau D'Alho	AMNAP
27	Mirante do Paranapanema	UNIPONTAL	58	Taciba	UNIPONTAL
28	Monte Castelo	AMNAP	59	Tarabai	UNIPONTAL
29	Nantes	UNIPONTAL	60	Teodoro Sampaio	UNIPONTAL
30	Narandiba	UNIPONTAL	61	Tupã	AMNAP
31	Nova Guataporanga	AMNAP	62	Tupi Paulista	AMNAP

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

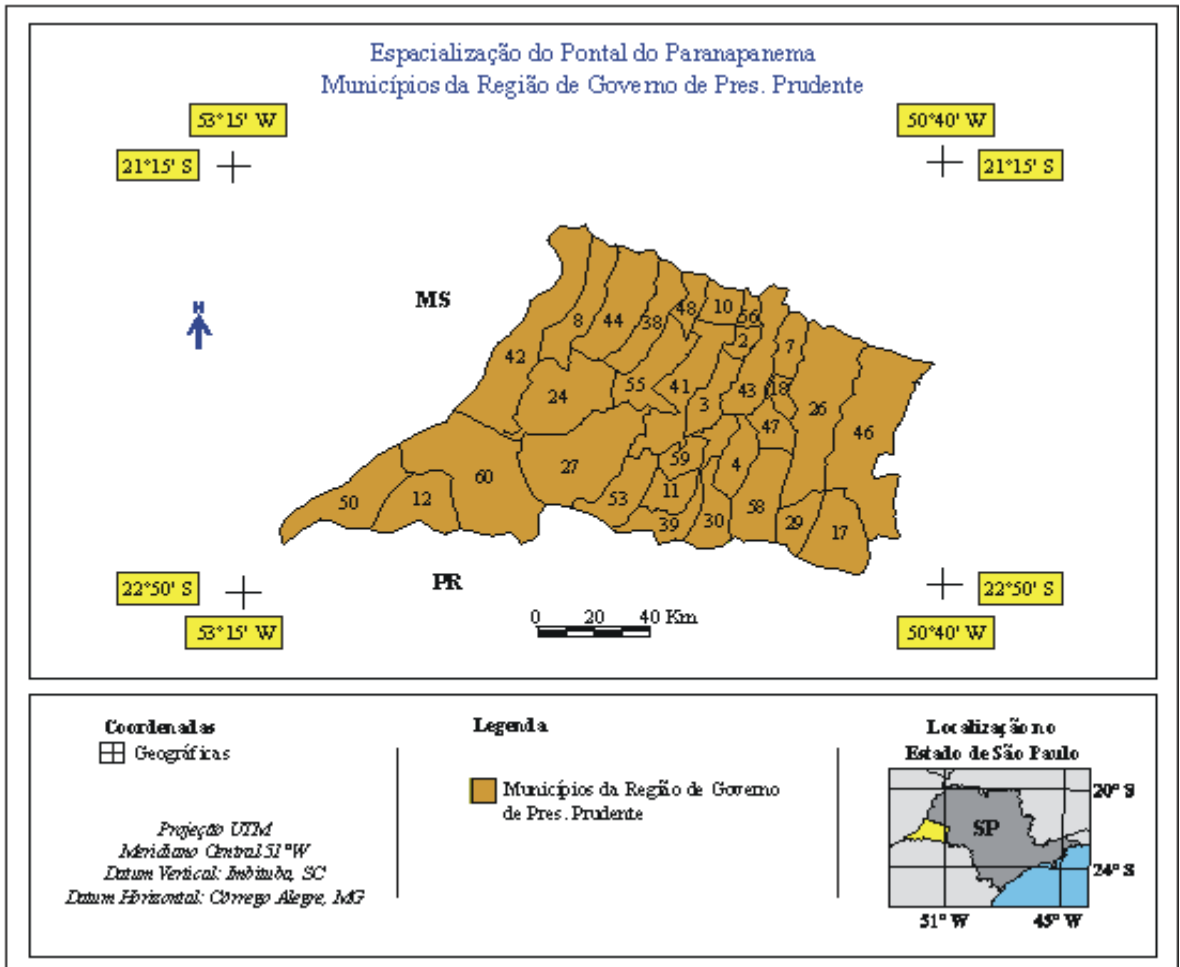
MAPA 1 – Municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente



1	Adamantina	24	Marabá Paulista	43	Presidente Prudente
2	Alfredo Marcondes	25	Mariópolis	44	Presidente Venceslau
3	Alvares Machado	26	Martinópolis	46	Rancharia
4	Anhumas	27	Mirante do Paranapanema	47	Regente Feijó
7	Caiabu	28	Monte Castelo	48	Ribeirão dos Índios
8	Caiuá	29	Nantes	50	Rosana
9	Dracena	30	Narandiba	51	Sagres
10	Emilianópolis	31	Nova Guataporanga	52	Salmourão
11	Estrela do Norte	32	Osvaldo Cruz	53	Sandovalina
12	Euclides da Cunha Pta.	33	Ouro Verde	54	Santa Mercedes
13	Flora Rica	34	Pacaembu	55	Santo Anastácio
14	Flórida Paulista	35	Panorama	56	Santo Expedito
17	Iepê	37	Paulicéia	57	São João do Pau D'alho
18	Indiana	38	Piquerobi	58	Taciba
19	Inúbia Paulista	39	Pirapózingo	59	Tarabai
20	Irapuru	40	Pracinha	60	Teodoro Sampaio
22	Junqueirópolis	41	Presidente Bernardes	62	Tupi Paulista
23	Lucélia	42	Presidente Epitácio		

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

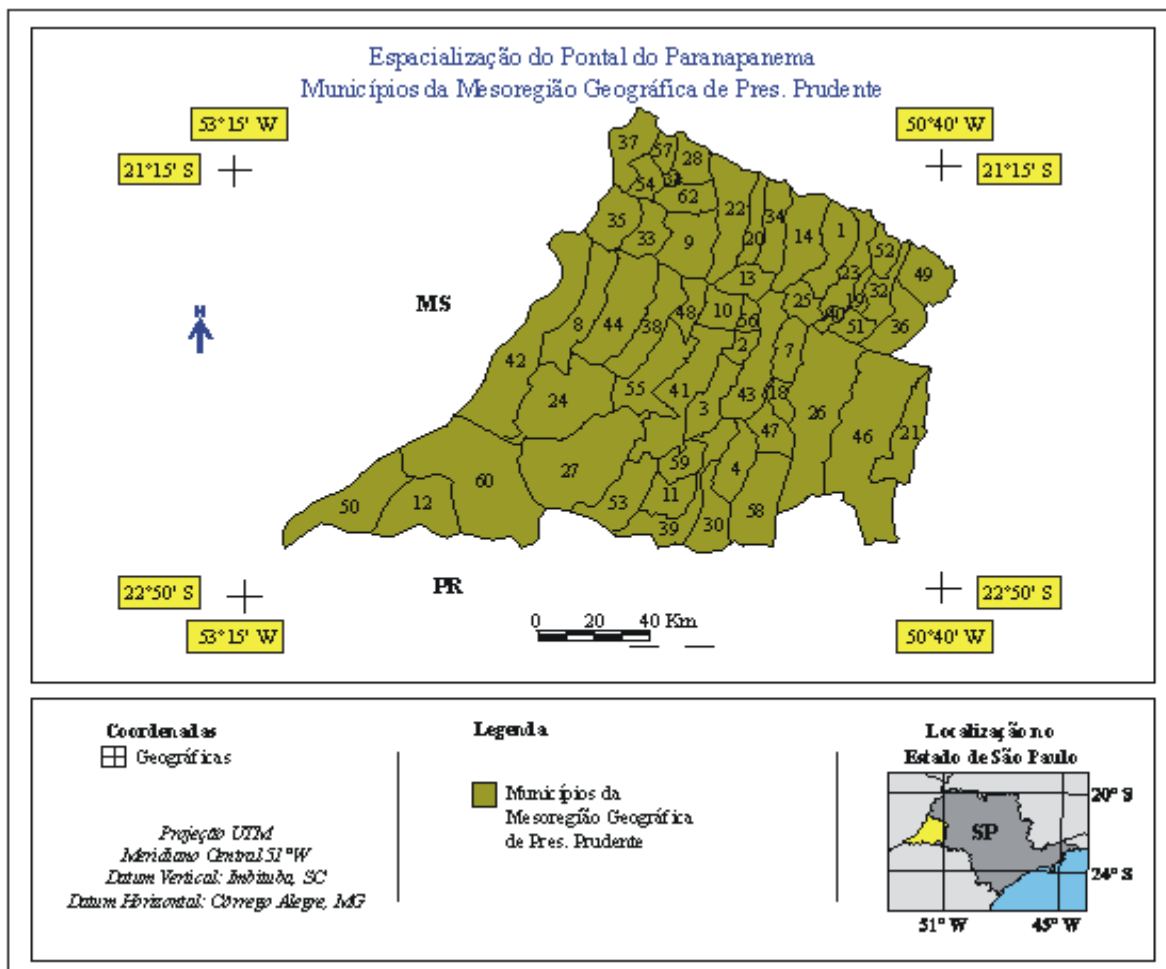
MAPA 2 – Municípios da Região de Governo de Presidente Prudente



2 Alfredo Marcondes	26 Martinópolis	47 Regente Feijó
3 Alvares Machado	27 Mirante do Paranapanema	48 Ribeirão dos Índios
4 Anhumas	29 Nantes	50 Rosana
7 Caiabu	30 Narandiba	53 Sandovalina
8 Caiuá	38 Piquerobi	55 Santo Anastácio
10 Emilianópolis	39 Pirapózinho	56 Santo Expedito
11 Estrela do Norte	41 Presidente Bernardes	58 Taciba
12 Euclides da Cunha Pta.	42 Presidente Epitácio	59 Tarabai
17 Iepê	43 Presidente Prudente	60 Teodoro Sampaio
18 Indiana	44 Presidente Venceslau	
24 Marabá Paulista	46 Rancharia	

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

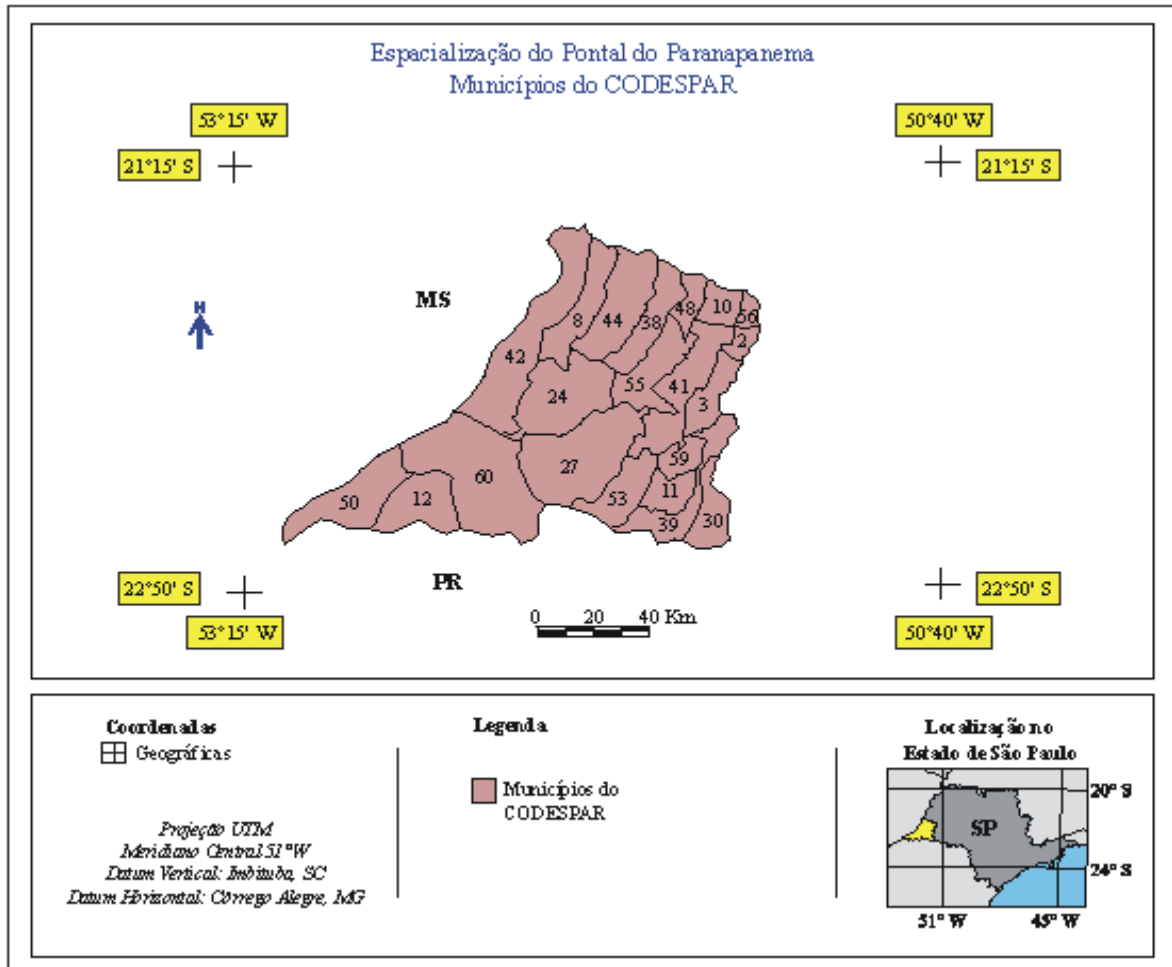
MAPA 3 – Municípios da Mesoregião Geográfica de Presidente Prudente



1 Adamantina	24 Marabá Paulista	43 Presidente Prudente
2 Alfredo Marcondes	25 Mariápolis	44 Presidente Venceslau
3 Alvares Machado	25 Mariápolis	46 Rancharia
4 Anhumas	27 Mirante do Paranapanema	47 Regente Feijó
7 Caiabu	28 Monte Castelo	48 Ribeirão dos Índios
8 Caiuá	30 Narandiba	49 Rinópolis
9 Dracena	31 Nova Guataporanga	50 Rosana
10 Emilianópolis	32 Osvaldo Cruz	51 Sagres
11 Estrela do Norte	33 Ouro Verde	52 Salmourão
12 Euclides da Cunha Pta.	34 Pacaembu	53 Sandovalina
13 Flora Rica	35 Panorama	54 Santa Mercedes
14 Flórida Paulista	36 Parapuã	55 Santo Anastácio
18 Indiana	37 Paulicéia	56 Santo Expedito
19 Inúbia Paulista	38 Piquerobi	57 São João do Pau D'alho
20 Irapuru	39 Pirapózinho	58 Taciba
21 João Ramalho	40 Pracinha	59 Tarabai
22 Junqueirópolis	41 Presidente Bernardes	60 Teodoro Sampaio
23 Lucélia	42 Presidente Epitácio	62 Tupi Paulista

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

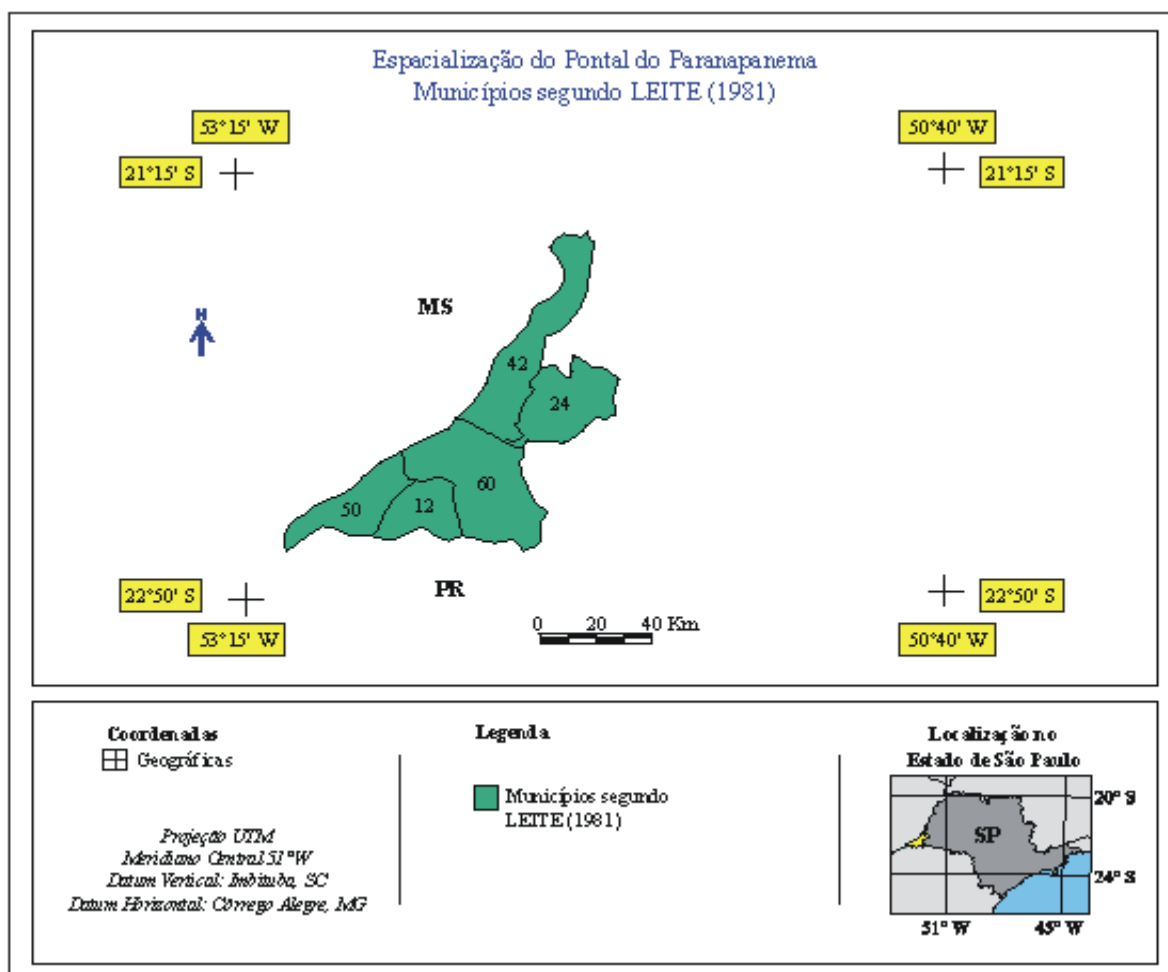
MAPA 4 – Municípios pertencentes ao CODESPAR



2	Alfredo Marcondes	27	Mirante do Paranapanema	48	Ribeirão dos Indios
3	Alvares Machado	30	Narandiba	50	Rosana
8	Caiuá	38	Piquerobi	53	Sandovalina
10	Emilianópolis	39	Pirapózinho	55	Santo Anastácio
11	Estrela do Norte	41	Presidente Bernardes	56	Santo Expedito
12	Euclides da Cunha Pta.	42	Presidente Epitácio	59	Tarabai
24	Marabá Paulista	44	Presidente Venceslau	60	Teodoro Sampaio

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

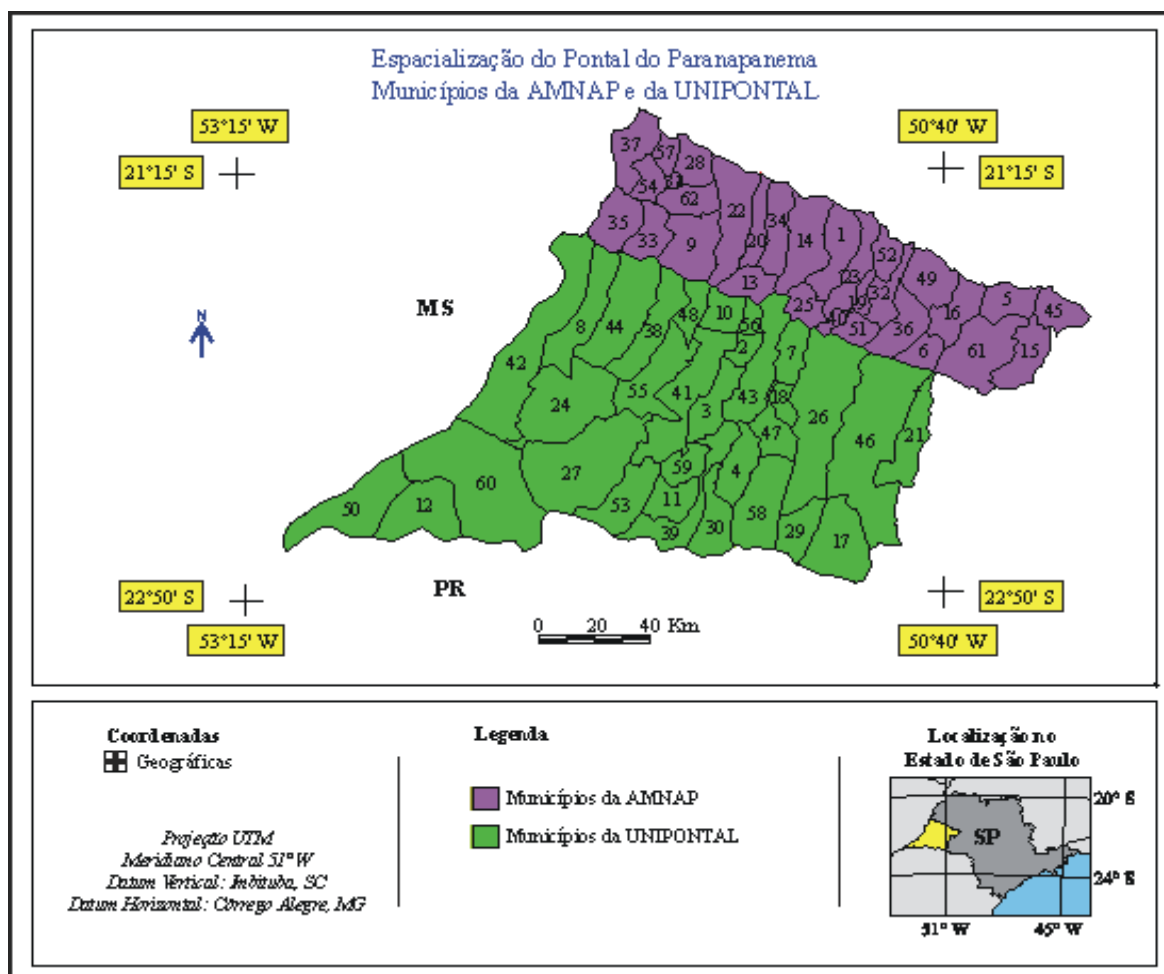
MAPA 5 – Espacialização dos Municípios – segundo Leite (1981)



12	Euclides da Cunha Pta.	42	Presidente Epitácio	60	Teodoro Sampaio
24	Marabá Paulista	50	Rosana		

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

MAPA 6 – Municípios da AMNAP e da UNIPONTAL



1 Adamantina	22 Junqueirópolis	43 Presidente Prudente
2 Alfredo Marcondes	23 Lucélia	44 Presidente Venceslau
3 Alvares Machado	24 Marabá Paulista	45 Queiroz
4 Anhumas	25 Mariápolis	46 Rancharia
5 Arco Iris	26 Martinópolis	47 Regente Feijó
6 Bastos	27 Mirante do Paranapanema	48 Ribeirão dos Índios
7 Caiabu	28 Monte Castelo	49 Rinópolis
8 Caiuá	29 Nantes	50 Rosana
9 Dracena	30 Narandiba	51 Sagres
10 Emilianópolis	31 Nova Guataporanga	52 Salmourão
11 Estrela do Norte	32 Osvaldo Cruz	53 Sandovalina
12 Euclides da Cunha Pta.	33 Ouro Verde	54 Santa Mercedes
13 Flora Rica	34 Pacaembu	55 Santo Anastácio
14 Flórida Paulista	35 Panorama	56 Santo Expedito
15 Herculândia	36 Parapuã	57 São João do Pau D'alto
16 Iacri	37 Paulicéia	58 Taciba
17 Iepê	38 Piquerobi	59 Tarabai
18 Indiana	39 Pirapózinho	60 Teodoro Sampaio
19 Inúbia Paulista	40 Pracinha	61 Tupã
20 Irapuru	41 Presidente Bernardes	62 Tupi Paulista
21 João Ramalho	42 Presidente Epitácio	

Fonte: Org. Meneguette (2001) / UNESP de Pres.Prudente

FOTO 1 – Placa de publicidade do programa Melhor Caminho, colocada nas rodovias da região



Fonte: Fotografado por Fernando Orosco Lacalle – Rod. P.Prudente/Martinópolis – Set./2002

FOTO 2 – Presidente do UNIPONTAL (Gestão 2002) Sr. José Roberto Pinheiro Nunes, no gabinete da Prefeitura de João Ramalho/SP.



Fonte: Fotografado por Fernando Orosco Lacalle – Set/2002

FOTO 3 – Interior da sede do UNIPONTAL.



Fonte: Fotografado por Fernando Orosco Lacalle – Set./2002



Fonte: Fotografado por Fernando Orosco Lacalle – Set./2002

5 - CONCLUSÃO

A evolução ocorrida no Estado brasileiro ao longo do período analisado demonstra que as políticas utilizadas transformaram os Municípios e suas populações, surgindo um crescente nível de desigualdade e pobreza nas periferias dos espaços urbanos. Aliados à questão fiscal federativa e a desigualdade econômica - que se traduz em escassez de recursos para muitos municípios - dificultam as ações do poder público local. A bem da verdade, os Municípios, desde a proclamação da República, não tinham receitas suficientes para o normal atendimento de suas atribuições, agravando-se ainda mais após a Constituição de 1988, com a autonomia dos Municípios, a desconfiança por parte do Estado com relação à elite tecnocrata local, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que retraiu os gastos dos Municípios através da moralização das contas públicas, dentre outras.

A escassez de recursos, e a necessidade crescente das populações por bens e serviços públicos, fizeram com que diversos Municípios “saíssem de seus limites territoriais”, e se aliassem com os seus vizinhos, formando os consórcios intermunicipais.

Os consórcios conseguem através da cooperação, uma maior força política, financeira, material e humana, capaz de solucionar os problemas que estão fora da capacidade de ação individual dos Municípios, com ganhos de escala, eficiência e qualidade nos serviços prestados à população. Através da análise dessa dinâmica e dos exemplos apresentados no capítulo dois, pode-se concluir que os consórcios são realmente uma excelente estratégia para o desenvolvimento regional. Entretanto se faz necessário que todos os integrantes obedeçam às regras expostas no trabalho, com respeito a seu tamanho, estrutura, finalidade, dificuldade, distância, personalidade jurídica e, principalmente, vontade política. Duas observações se fazem necessárias para este contexto. Em primeiro lugar, os consórcios não são entidades que estão acima dos Municípios, eles não têm autonomia política, apenas são organizações de auxílio e de cooperação com as unidades que os integram. Em segundo lugar, embora a formação dos consórcios não seja uma idéia nova, até a presente data não se tem nenhuma regulamentação, e nem legislação própria utilizando-se o

código civil para tal. Uma regulamentação específica poderia trazer enormes benefícios aos consórcios, como por exemplo, estabelecer critérios para a sua formação, minimizando suas dificuldades.

De posse das conclusões sobre o que são e como funcionam os consórcios em prol do desenvolvimento regional, analisa-se o caso do UNIPONTAL, que é uma associação formada por Municípios da região do Pontal do Paranapanema.

Diante das normas para se formar um consórcio, verifica-se que, no caso do UNIPONTAL, a quantidade de Municípios excede o máximo tolerável para um bom funcionamento, ou seja, a entidade esta constituída por 32 Municípios, sendo que o ideal seriam no máximo 19. O número elevado de associados dificulta a organização política local, quer seja pelo aumento das distâncias, a dificuldade de se reunirem todos ao mesmo tempo, ou então, a difícil missão de se chegarem a um único ideal. A solução está em dividir o bloco em dois consórcios distintos, embora o seu atual presidente, o sr. José Roberto Pinheiro Nunes acredita que o número elevado de Municípios aumenta o território representado pela entidade e, conseqüentemente, o poder político frente ao Governo do Estado de São Paulo.

A personalidade jurídica do UNIPONTAL só ocorreu em 1999, vinte e dois anos após a sua primeira formação. De acordo com as recomendações, tanto do CEPAM, quanto do IBAM, apontam para o imediato registro civil de qualquer consórcio, uma vez que esse registro divide as responsabilidades entre os Municípios (sócios), e acaba com o incômodo de um dos Municípios do consórcio ter que assumir as responsabilidades em seu nome. Pode-se dizer, também, que a personalidade jurídica, faz com que os membros do consórcio o encarem com maior seriedade.

A entidade - embora seus integrantes tenham seguido corretamente o que está no estatuto - desde a sua fundação em 1977, tem tido uma atuação considerada discreta, uma vez que as conquistas se resumem em verbas liberadas pelo governo estadual, que são pulverizadas na região em pequenas obras beneficiando, na maioria das vezes, somente as populações residentes no Município que as recebe. Essa forma pela qual atua a entidade se dá por um problema de formulação do estatuto, pois suas finalidades compreendem, de uma maneira geral, a discussão sobre os problemas que atingem cada Município, bem

como o envio de ofícios solicitando verbas para saná-los. É necessário que se refaça o estatuto, incluindo-se finalidades mais audaciosas e que vão ao encontro das possibilidades que a região oferece, beneficiando a todos, a exemplo dos consórcios de saúde. Mas para que isso ocorra, é necessário que os gestores e os políticos locais mudem suas atitudes, sejam mais atuantes, acreditem e levem a sério essa forma de cooperativismo, que até a presente data não tem se apresentado como estratégia para o desenvolvimento da região.

Essa mudança proposta diz respeito, por exemplo, a soja que além de ter o plantio incentivado na região, seria importante o incentivo também da sua transformação através de uma cadeia agroindustrial. Esse processo de agregar valor ao produto aumentaria a renda regional, bem como os postos de trabalho, e evitaria que a soja vendida "*in natura*" retornasse a região em forma de rações, óleos, e demais produtos aumentando-se com isso as importações em relação as exportações da região. É importante que as rendas auferidas com o plantio da soja, bem como com a sua transformação permaneçam na região para assim promover o desenvolvimento econômico esperado.

Para finalizar, a exemplo dos consórcios intermunicipais, o UNIPONTAL, também se faz necessárias algumas observações importantes, que são: em nenhum documento analisado da entidade está mencionada a palavra "consórcio", mas, partindo do pressuposto de que os consórcios são associações de Municípios para a resolução de problemas que estão fora de seu alcance, pode-se afirmar que a UNIPONTAL é de fato um consórcio; consta no Art. 36 Parágrafo único, do estatuto, que o Município sede pagará 5 salários mínimos a título de mensalidade, ou seja, cinco vezes mais que os outros. Esse artigo inibe os Municípios com menor poder econômico a se candidatem à eleição, anulando-se o poder da democracia e do voto - já citados neste trabalho - com relação à predominância que os Municípios "ricos" exerceriam sobre os "mais pobres"; o Banco da Terra, que trata de investimentos para a compra de terra e o bolsão de arrendamentos, que visa a plantação de soja em grandes áreas degradadas pelas pastagens, enfim, são projetos de grande porte e prometem mudar a realidade da região do Pontal do Paranapanema. Talvez seja esse o caminho correto a ser seguido pelo UNIPONTAL, uma vez que até agora tem deixado a desejar no tocante ao desenvolvimento econômico da região do Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMED, F.J.; NEGREIROS, P.J.C. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições Sinafresp, 2000.

ANDRADE, J.R.L. **Consórcios: recursos humanos**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

BARROS, Pedro Motta de. **Consórcio Intermunicipal: ferramenta para o desenvolvimento regional**. São Paulo: Alfa Omega, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARNEIRO, J.M.B. **Consórcios: uma via em abertura**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

CEPAM. **Fundação Prefeito Faria Lima: Centro de estudos e pesquisas de administração municipal**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.cepam.sp.gov.br>> Acessado em 9 dez. 2001.

CIVAP. **Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema**. Assis, 2001. Disponível em: <<http://www.civap.com.br>> Acesso em: 2 dez. 2001.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Idéias para a ação municipal**. São Paulo, 1998-2000. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>> Acessado em 23 fev. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados da pesquisa censo 2000: Tabela dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 jul. 2002.

LAMPARELLI, C.M. **Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: soluções regionais para o desenvolvimento municipal**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. UPDI, 1999. Edição especial.

LEITE, C.C. **Consórcios Intermunicipais: modelo organizacional**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

LOPEZ, L.R. **História do Brasil contemporâneo**. 3 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MONTORO, André F. **Descentralização e participação**: importância do Município na democracia. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. UPDI, 1999. Edição especial.

MOREIRA, Mariana. **Natureza jurídica dos Consórcios Intermunicipais**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

NÓBREGA, M. **O Brasil em transformação**. São Paulo: Gente, 2000.

PINHO, Edinaldo. **Consórcios intermunicipais**: dever de prestar contas ao Tribunal de Contas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

REGO, J.M.; MARQUES, R.M. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZENDE, Fernando. **Federalismo fiscal**: Novo papel para Estados e Municípios. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. UPDI, 1999. Edição especial.

SECRETARIA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco**. Minas Gerais, 2001. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br>> Acesso em 2 dez. 2001.

SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ. **Consórcio Paraná Saúde**. Paraná, 2001. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br>> Acesso em: 2 dez. 2001.

TORRES, L.A.G. **Consórcio Intermunicipal**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, UPP, ano 1, nº 2, jan./2001.

UNIPONTAL. **Estatutos e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica**. Presidente Prudente, 1999.

UNIPONTAL. **Ata das reuniões ordinárias da Unipontal**. Presidente Prudente, 1989-2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Contextualização espacial e temporal do Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2001. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br>> Acesso em: 13 jul. 2002.

VEJA: revista semanal. São Paulo: Ed. Abril. n. 1490, 9 abr. 1997.

WESTPHAL, Márcia F. **Políticas públicas e investimentos**: a intersetorialidade. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. UPDI, 1999. Edição especial.

ANEXO A – Resumo da entrevista com o Sr. Renato de Jesus

Fernando – Senhor Renato, como funcionário da UNIPONTAL na época em que o Mario Bragado presidiu a entidade, o senhor pode me dizer o que ela tem feito pela região ?

Renato – É muito difícil falar agora do que a UNIPONTAL tem feito para a região, pois até o Mauro Bragato assumir a entidade, ela não era muito levado a sério, para você ter uma idéia, ela não tinha nem personalidade jurídica. Quem arrumou todas as papeladas da entidade, bem como tirou a sua personalidade jurídica, fui eu. Nessa época, por volta de 98/99, eu percorri todas as cidades da região atrás de documentos para fazer um banco de dados, bem como, verifiquei em todos os cartório se tinha algum registro da personalidade jurídica da UNIPONTAL, e não encontrei nada. A providência que eu tomei, foi de imediato, fazer o seu registro civil, e fiz também o seu logotipo, que é esse que você pode ver nos impressos das atas mais recentes, e solicitei que mudassem o estatuto. Bom voltando as realizações da UNIPONTAL, que eu me lembro, a pavimentação da vicinal que liga cidade de Taciba a Usina Capivara, o recapeamento da estrada que sai perto de Presidente Venceslau e vai até o Pontal, a SP 563, para falar a verdade, a maioria das vicinais foram feitas com verbas solicitadas pela UNIPONTAL. O difícil de você tabular o que a entidade tem feito pela região, esta no seu modo de agir, pois cada prefeito solicita algo para a sua cidade, e em grande parte desse pedidos ele é atendido. Me recordo que quando o Mario Covas ainda era vivo, ele recebia os prefeitos em nome da UNIPONTAL e pedia para eles que separassem três solicitações por cidade. Dentre as três solicitações, ele perguntava qual era a mais urgente ou importante, e acabava liberando a verba para a realização da mesma. Mas antes disso, ele examinava minuciosamente os pedidos e verificava se os valores pedidos correspondiam ao que se queria fazer, para depois sim, liberar a verba.

Fernando – Sr. Renato na sua opinião, o que poderia ser feito para mudar este quadro e fazer com que a UNIPONTAL esteja mais presente no desenvolvimento da região ?

Renato – Em primeiro lugar é necessário que se mude o estatuto. Quando eu estava lá, solicitei algumas mudanças mais ainda falta muito, veja bem, aqui no artigo 36 do capítulo IV, fala que o Município sede tem que pagar 5 salários mínimos de mensalidade, isso é um absurdo, ninguém vai querer se candidatar a presidente por causa disso. Só as cidades do porte de Presidente Prudente é que tem condições de pagar por isso. É necessário também que os políticos da região encarem com mais seriedade, como eu já disse antes, a UNIPONTAL esta sem documento nenhum, ou seja, do período de 1977 até 1989 eu não encontrei nada, pode até ser, que na época eles se reuniram, fizeram um estatuto e ficou por isso mesmo, a entidade talvez só tenha existido no papel, você entende. Esses anos todos a UNIPONTAL, tem feito reuniões para debater os problemas dos Municípios e pedir verba para o Governo, mas se a gente não tem representatividade na assembléia, fica muito difícil, sempre alguma coisa sai, mais é pouco, e o que esta saindo muito são os presídios. A duplicação da rodovia Raposo Tavares está para sair, isso é um pedido antigo da UNIPONTAL, acho que se isso acontecer nós vamos ter novas oportunidades para crescer.

ANEXO B – Resumo da entrevista com o Sr. Mário Antonio Sossoloti

Fernando - Mario Antonio Sossoloti, o senhor é o atual diretor do ERPLAN, qual a sua opinião sobre a situação da nossa região ?

Mário – A situação da nossa região é crítica, nós estamos no meio de um bolsão de pobreza, hoje somos considerados uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo. O que está ocorrendo aqui na nossa região é um esvaziamento econômico, por falta de estratégias de médio e longo prazo. Para você ter uma idéia, o crescimento da população, se tivesse acompanhado o de alguns anos atrás, hoje nós estaríamos com quase 800 mil habitantes, no entanto a região tem aproximadamente 500 mil. Isso ocorreu principalmente depois que a pecuária se instalou na nossa região, pois gerou um processo de esvaziamento do campo e um alto índice de desemprego nas zonas urbanas, juntamente com uma concentração de renda nas mãos de poucos proprietários de terra. A bem da verdade, o solo da nossa região não é muito bom, ele é arenoso e se você não tiver um incentivo para a plantação, bem como a rotação de culturas, o solo se degrada muito fácil desestimulando os agricultores, que vendem as suas terras e vão para as cidades em busca de emprego. Para você ter uma idéia, tem lugares por ai, que até o pasto está degradado, ou seja, nem mato não nasce mais. A nossa região desde meados dos anos 70, com as plantações de café e algodão, ainda não descobriu a sua aptidão, é necessário que a região descubra o mais rápido possível, para que possam surgir novos investimentos, uma vez que o nosso desenvolvimento está baseada na agricultura.

Fernando – E o caso das invasões de terra ? isso tem solução ?

Mário – Do meu ponto de vista, nem a sua, e nem a minha geração vão ver essa situação acabada. Veja bem, grande parte das propriedades não tem a sua escritura corretamente, ou seja, elas são falsificadas pelos proprietários, ou por cartórios da região. O governo entra na justiça contra esses proprietários, e eles é que vão provar que a escritura é verdadeira. Esse processo leva uns vinte anos de briga na justiça, quando sai o veredicto final a favor do governo, a propriedade passa a ser terras devolutas, só que tem um porém, nesse período o proprietário alega que fez benfeitorias na terra e pagou os impostos corretamente. O governo por sua vez manda uma comissão fazer um levantamento das benfeitorias, e no final coloca um preço, vamos dar um exemplo, de R\$ 500.000,00. O proprietário acha injusto e fala que na verdade ele investiu naquela terra R\$1.500.000,00. O processo retorna a justiça e se arrasta por mais, sei lá, uns vinte anos, e assim vamos.

Fernando – O senhor tem acompanhado o UNIPONTAL ? O que ele tem feito pela região ?

Mário – A duplicação da rodovia Raposo Tavares é uma obra prioritária para o UNIPONTAL, porque segundo eles vai desenvolver a região da Alta Sorocabana e Região do Pontal do Pontal do Paranapanema, ela vai acabar com esse gargalo que existe aqui, mas eles também têm lutado muito para desenvolver programas especiais de incentivo à produção agrícola e da agroindústria. Um dos exemplos que a gente tem visto é a do bolsão de arrendamentos, eles tomaram conhecimento desse projeto que está sendo desenvolvido na região de Uberaba juntamente com o pessoal ligado ao Banco do Brasil, e trouxeram para a região de Presidente Prudente. A UNIPONTAL não tem a capacidade de executar esse projeto, ela serve apenas como se fosse uma incubadora ou um elo de ligação entre o proprietário de terra e o agricultor que queira arrendar as terras. A UNIPONTAL não especifica a área de atuação, ela dá apoio as ONG's, aos agricultores, as empresas privadas e as prefeituras no sentido de encaminhar ofícios solicitando benfeitorias, isso gera a riqueza, que gera o desenvolvimento para a região. Hoje o meio ambiente está sendo muito discutido, e está tendo muito apoio da UNIPONTAL, no sentido da preservação, principalmente quando o Catarino era prefeito de Presidente Venceslau. Outra coisa que a entidade está lutando, é pela reativação da estrada de ferro, veja você, com a desativação do trem, o porto de Presidente Epitácio, acabou, isso é muito ruim para nós, mas me parece que o trecho já voltou a funcionar, isso graças às pressões exercidas pelos prefeitos da região e da UNIPONTAL. Uma outra conquista da UNIPONTAL foi a instalação da fecularia em Tarabai, a Amidoeste.

ANEXO C – Estatuto do UNIPONTAL (fevereiro de 1997)

ESTATUTO SOCIAL DA UNIPONTAL

CAPÍTULO I - DA FUNDAÇÃO E DENOMINAÇÃO

ARTIGO 1º - A Entidade que ora se constitui, com a presença dos Senhores Prefeitos integrantes da região do Pontal do Paranapanema, que este Estatuto aprovam, com a indicação dos respectivos municípios que pertencem, denominada "UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA", é uma sociedade de fins não econômicos, sem credo político ou religioso e reger-se-á pelo presente Estatuto.

ARTIGO 2º - Fica oficialmente adotada pela sociedade ora fundada a sigla UNIPONTAL - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema.

ARTIGO 3º - A UNIPONTAL congregará Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores dos municípios localizados ao longo da região do Pontal do Paranapanema.

Parágrafo Único - Poderão também fazer parte da entidade os demais municípios da região de Presidente Prudente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os vereadores não terão direito a voto.

ARTIGO 4º - Para todos os efeitos e direitos, os Prefeitos e Presidentes de Câmaras que participam da presente sociedade, perante a UNIPONTAL, são tidos representantes de seus respectivos municípios junto à entidade, mas não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da mesma.

ARTIGO 5º - A UNIPONTAL, administrativamente, considerar-se-á como sede o Município onde o Presidente em exercício exerce o cargo.

CAPÍTULO II - DA DURAÇÃO E FINS

ARTIGO 6º - A presente sociedade terá duração por tempo indeterminado e somente poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia, em reunião extraordinária, convocada a pedido de um terço(1/3) dos municípios associados, com votação favorável de dois terços (2/3) dos Prefeitos e Presidentes de Câmaras ou por imposição do artigo seguinte.

ARTIGO 7º - A sociedade será dissolvida, em reunião ordinária, se não estiver agrupando em seu quadro associativo o mínimo de cinco(5) municípios.

ARTIGO 8º - A admissão de novos associados, Prefeitos e Presidentes de Câmaras, processar-se-á a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito, desde que satisfaçam as condições previstas no artigo 3º.

ARTIGO 9º - A UNIPONTAL - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema, tem por finalidade desenvolver o espírito de solidariedade entre os municípios, distritos e bairros rurais, sejam ou não associados, mesmo que de outras regiões fisiográficas, visando sempre a defesa do interesse público.

ARTIGO 10º - São ainda finalidades de capital importância:

- a)- Pugnar por um sadio municipalismo, com eliminação de todos os sentimentos político-partidários que poderiam empanar o êxito das reuniões.
- b)- Estimular e desenvolver movimentos reivindicatórios de caráter regional ou local, junto às altas autoridades administrativas ou legislativas da União, Estado, Autarquias privadas;
- c)- Debater assuntos que envolvem problemas de caráter regional ou local, apresentando sugestões para memoriais, ofícios, mensagens ou mesmo representações, e reivindicações;
- d)- Prestigiar acontecimentos festivos que ocorrem em municípios associados ou não, com representações oficiais nomeadas pela Diretoria;
- e)- Esclarecer a opinião pública sobre todos os assuntos que comportarem tal iniciativa, traduzam eles problemas concernentes à Região ou à um dos municípios associados;
- f)- Promover, sempre que possível, em reuniões ordinárias ou extraordinárias, a confraternização dos municípios.

CAPÍTULO III - DAS REUNIÕES

ARTIGO 11º - As reuniões ordinárias da UNIPONTAL serão mensais, de preferência na primeira quinzena de cada mês.

ARTIGO 12º - Sempre que necessário, por motivo de importância maior, o Presidente poderá convocar reuniões extraordinárias.

ARTIGO 13º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Presidente, que fará comunicação a todos os membros, informando-lhes data, horário, local e cidade que as mesmas serão realizadas.

ARTIGO 14º - Na impossibilidade de comparecer, os membros associados poderão designar representantes, sendo indispensável ofícios de apresentação para que possam participar dos debates e das votações.

ARTIGO 15º - As reuniões mensais previstas no artigo 11, serão sempre realizadas em municípios diferentes, eleitos por indicação de um dos municípios, na última reunião ordinária.

ARTIGO 16º - As despesas decorrentes das reuniões, incluindo-se almoço ou jantar, correrão por conta de cada município participante, ficando a cargo dos promotores a organização das mesmas.

ARTIGO 17 - A primeira reunião do ano, ocasião da posse de Diretorias eleitas, poderá ser festiva e contar com a presença das esposas dos membros associados.

CAPITULO IV - DA DIRETORIA E ELEIÇÕES

ARTIGO 18 - A diretoria da UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA será composta pelos seguintes membros:

- a)- Presidente;
- b)- Primeiro Vice-Presidente;
- c)- Segundo Vice-Presidente;
- d)- Primeiro Secretário;
- e)- Segundo Secretário;
- f)- Primeiro Tesoureiro;
- g)- Segundo Tesoureiro.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Os cargos previstos neste artigo só poderão ser exercidos por Prefeitos e Presidentes de Câmaras.

PARAGRAFO SEGUNDO - Só poderão fazer parte da Diretoria representantes dos municípios que estiverem em dia com as contribuições da entidade.

ARTIGO 19 - Cada Diretoria terá seu mandato em vigor pelo prazo de um ano, que vai de 1º de Fevereiro a 31 de Dezembro do ano subsequente, podendo ainda ser reeleita.

ARTIGO 20 - A eleição da Diretoria processar-se-á por escrutínio secreto, através de chapas completas.
Parágrafo Único - No caso de chapa única, a eleição poderá ser por aclamação.

ARTIGO 21 - A eleição de que trata o artigo anterior, dar-se-á em reunião ordinária, no mês de Fevereiro.

ARTIGO 22 - A posse da Diretoria eleita será na mesma reunião em que se processa a eleição.

ARTIGO 23 - O Presidente, uma vez eleito, de comum acordo com os demais membros da Diretoria, poderá contratar pelo prazo de sua gestão, com remuneração sob as expensas da UNIPONTAL um assessor.

ARTIGO 24 - No exercício de seus respectivos cargos, aos senhores diretores compete:

a)- PRESIDENTE - Representar a entidade, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente, pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos; presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias, assim como as previstas no Artigo 22; despachar toda a correspondência recebida, assinar a correspondência expedida; tomar as deliberações que envolvem interesses dos Municípios, providenciar o cumprimento dos itens do presente Estatuto, desde que as medidas envolvam iniciativas de caráter administrativo;



b)- PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE - Substituir o Presidente quando dos impedimentos legais, exercendo o cargo para todos os fins;

c)- SEGUNDO VICE-PRESIDENTE - Assumir as funções do Primeiro Vice-Presidente, nos impedimentos legais do mesmo;

d)- PRIMEIRO SECRETÁRIO - Efetuar durante as reuniões a leitura de todos os documentos da UNIPONTAL, tais ofícios recebidos, atas das reuniões anteriores à que se realiza, memoriais, etc...;

e) SEGUNDO SECRETÁRIO - Substituir o Primeiro Secretário, quando do impedimento legal, exercendo o cargo para todos os efeitos;

f) PRIMEIRO TESOUREIRO - Administrar, junto com o Presidente, as questões financeiras e contábeis da entidade, prover as despesas da UNIPONTAL, quitar recebimentos, autorizar compras aprovadas pela Diretoria, efetuar pagamentos, prestando contas de seus atos na última reunião de cada ano;

g) SÉGUNDO TESOUREIRO - Substituir o Primeiro Tesoureiro nos impedimentos legais, exercendo o cargo para todos os fins.

CAPÍTULO V - DOS MEMBROS E MUNICÍPIOS

ARTIGO 25 - Na UNIPONTAL - União dos municípios do Pontal do Paranapanema, os representantes do Município serão o Prefeito, Presidente da Câmara ou seus representantes.

ARTIGO 26 - No caso de eleições municipais, o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal, juntamente com o Prefeito em exercício e que figure como associado, poderá participar das reuniões da UNIPONTAL que antecederem à sua posse, gozando dos direitos de voto.

ARTIGO 27 - Desde que escolhida a cidade sede para a reunião mensal, os membros associados deverão comunicar ao Prefeito Municipal do município em apreço a sua adesão, no prazo mínimo de 10 dias.

ARTIGO 28 - Desde que possível, o cumprimento do artigo 27 deverá ser por telefone, telegrama ou ofício.

ARTIGO 29 - Oito dias antes da reunião, para divulgação necessária, o Prefeito Municipal da cidade que sediará o conclave poderá comunicar ao Presidente da UNIPONTAL o número exato de associados inscritos até aquela data.

ARTIGO 30 - Cada município participante da UNIPONTAL representando pelos seus membros, fica obrigado ao pagamento de uma anuidade, que será fixada na reunião ordinária de agosto de cada ano.

ARTIGO 31 - A anuidade em apreço, recolhida trimestralmente, no ato da apresentação de recibo expedido pela Tesouraria, em duas vias, se destina às despesas da UNIPONTAL em geral.
Parágrafo Único - Caso o município prefira, poderá pagar sua contribuição através de uma mensalidade, no valor de um salário mínimo.

ARTIGO 32 - Embora a sociedade reúna Prefeitos e Presidentes de Câmaras da região do Pontal do Paranapanema, serão sempre considerados convidados de honra os vereadores dos municípios integrantes da Sociedade, que poderão participar dos debates sem direito a voto.

ARTIGO 33 - Nas reuniões da Sociedade fica facultado aos seus membros se fazerem acompanhar de assessores.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 34 - As alterações do presente Estatuto só poderão ser feitas por decisão de dois terços (2/3) dos membros efetivos.

ARTIGO 35 - No caso de vir a se dissolver, os bens da Sociedade serão doados, equitativamente, à instituições de caridade nos municípios integrantes da UNIPONTAL.

ARTIGO 36 - A taxa de inscrição de novos sócios, à título de jôia, é de um salário mínimo vigente na região, para cada município.

Parágrafo Único - No caso do município sede da entidade, para uma maior garantia do funcionamento das suas atribuições, a presidência pagará o valor equivalente a cinco(5) salários mínimos, a título de mensalidade.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 37 - A primeira Diretoria foi eleita na reunião de discussão e votação dos Estatutos.

ARTIGO 38 - A primeira Diretoria tomou posse após a eleição e teve mandato até 31 de Janeiro de 1.978.

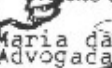
ARTIGO 39 - Os sócios fundadores contribuirão com um salário mínimo vigente na região, à título de inscrição.

ARTIGO 40 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro.

Alvares Machado, 21 de Fevereiro de 1.997.


MAURO BRAGATO - Presidente
Prefeito de Presidente Prudente


TAKASHI KATSUTANI - Secretário "Ad Hoc"
Prefeito de Alvares Machado


Maria da Fezha Nascimento
Advogada - OAB/SP N° 144.594


MUNICÍPIO DE ALVARES MACHADO

ANEXO D – Cartão do CNPJ

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.309.032/0001-61	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 13/07/1999	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2001
NOME EMPRESARIAL UNIAO DOS MUNICIPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIPONTAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas,ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AV. CEL JOSE SOARES MARCONDES	NÚMERO 1200	COMPLEMENTO GABINETE	
CEP 19010-081	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE	UF SP
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE TEL: 018-2211044/FAX: 018-2211044			
CPF DO RESPONSÁVEL 004.939.468-10	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF Nº. 54/98 VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ANEXO D – Logotipo do UNIPONTAL



ANEXO F – Resumo da entrevista com o Sr. José Roberto Pinheiro Nunes

Fernando – Na sua opinião, o que poderia ser feito para alavancar o desenvolvimento na região?

Pinheiro – A gente tem que partir para a agroindústria, você veja bem, um município pequeno como é aqui em João Ramalho, não dá para ficar esperando a vinda de indústrias de fora, o que a gente tem que fazer é desenvolver a agricultura, principalmente a soja que está agora em evidência, e daí partir para a agroindústria. Nós precisamos nessa eleição eleger alguém da região e partindo daí, nós teremos mais força política e mais investimentos nessa área.

Fernando – Antes de você ser presidente do UNIPONTAL, ficou sabendo de alguma coisa que ele tenha feito pela região ?

Pinheiro – É difícil você falar nisso, porque O UNIPONTAL antigamente era estritamente política, ou seja, os políticos se reuniam e cada um fazia os seus pedidos e eram encaminhadas em formas de ofício, as vezes você conseguia as verbas, as vezes você não tinha nem resposta. Hoje o UNIPONTAL tem convênios com diversos órgãos, como o SEBRAE, a UNESP, etc... e essa ajuda tem contribuído muito.(foi perguntado sobre as vicinais) Com respeito às rodovias vicinais, muitas foram asfaltadas e quase todas elas foram através de ofícios do UNIPONTAL.

Fernando – Atualmente, quais são os projetos do UNIPONTAL ?

Pinheiro – Hoje nós estamos com o projeto de bolsa de arrendamentos, onde tem terras que estão degradadas ou o proprietário tem interesse em arrendá-la, e nós fazemos todo o processo para que pessoas que estejam interessadas em plantar as arrendem para plantar, milho, soja, algodão, etc.. O pessoal está plantando muito soja, porque é a coqueluche do momento, eu tenho certeza que a área plantada aqui no meu município vai dobrar ano que vem. Mas voltando ao assunto, nós arrendamos as terras para grupos de pessoas também, veja você, além dos arrendamentos que já foram feitos, só esse ano nós já arrendamos mais seis propriedades que ficam em Martinópolis, Anhumas, Narendiba, Bernardes, Emilianópolis e Santo Expedito, o UNIPONTAL com isso está abrindo um leque de opções para que a região volte a crescer. Você já imaginou se amanhã aparece um grande produtor de soja e resolve plantar 1000 alqueires, isso vai gerar empregos, aumento do icms, do consumo no comércio, enfim todos os prefeitos estão interessados e engajados nessa luta. Outro projeto também que já estava funcionando e é bom para a região, é o banco da terra, nós também estamos brigando para reativar o FUNDESPAR, esse fundo iria desenvolver a região, igual aconteceu com o Vale do Ribeira ultimamente.

Fernando – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela entidade, e o que tem que ser mudado ?

Pinheiro – As dificuldades às vezes estão em implantar os projetos, como você perguntou anteriormente a respeito do CEASA, veja você, os produtores aqui da região plantam hortaliças e vão vender em mercados e sacolões, com os boxes no CEASA, a situação iria se inverter, facilitando a vida dos produtores. Nós fomos atrás para ver a viabilidade desse projeto, e verificamos que cada box no CEASA fica muito caro para o produtor. Para a prefeitura assumir esse custo também não dá, você teria que convencer os vereadores e isso fica muito difícil, enfim nós desistimos desse projeto. Outra dificuldade está em reunir todos os prefeitos nas reuniões, você faz as reuniões e embora tenha uma presença maciça de prefeitos, é necessário que todos compareçam ou mandem representantes, o que ocorre é a falta de iniciativa de alguns deles, é preciso que todos estejam engajados na luta para o desenvolvimento da região. Nas reuniões são discutidas coisas importantes e de interesse deles, principalmente nas decisões de alguns pedidos, por outro lado, os trinta e dois municípios dão uma maior força política para a região, veja bem, nós já estamos a 6 anos sem representante na assembleia legislativa e assim mesmo com a força dos trinta e dois municípios nós estamos conseguindo aprovação de vários pedidos importantes junto ao governo estadual. Hoje a nossa força política é tão boa, que as vezes eu ligo direto para os Secretários estaduais e marcamos encontros, ou eu peço a eles para comparecerem nas reuniões para se discutir os problemas da região, e ele vem, e quando não podem vir, a gente vai lá.